



DATA DA REUNIÃO: DOZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E NOVE.-----

LOCAL DA REUNIÃO: SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

PRESIDIU: O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

PRESENÇAS E FALTAS: -----

PRESIDENTE ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADORA ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA– PSD – FALTOU POR RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.-----

VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR JOSÉ LUÍS DA SILVA PEREIRA MARTINS – PSD – PRESENTE.-----

VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS – PRESENTE.-----

VEREADOR DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.---

VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.-----

HORA DE INICIO DA REUNIÃO: DEZ HORAS E VINTE MINUTOS.-----

HORA DE ENCERRAMENTO: ONZE HORAS.-----



SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA NOMEADA PARA O EFEITO MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.-----

ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Em cumprimento do disposto no nº 3 do artº 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência delegada pela Câmara Municipal:-----

— Despacho de catorze de Julho findo que aprovou a 8ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, que consistiu na 7ª alteração ao Orçamento da Despesa e ao Plano Plurianual de Investimentos, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo as subsequentes sete folhas;-----

— Despacho de dez de Julho findo que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Alargamento e Pavimentação do C.P. que liga o cemitério ao lugar de Sande na freguesia de Areias – 1ª fase”, no montante de 50.118,37 € (cinquenta mil cento e dezoito euros e trinta e sete cêntimos). A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Betominho – Sociedade de Construções S.A. pelo valor inicial de 296.475,55 € por despacho do Presidente da Câmara de dezanove de Março de dois mil e oito, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de dois de Abril do mesmo ano.-----

b) Para conhecimento da actividade da Câmara Municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento dos seus despachos a seguir referidos, proferidos ao abrigo de competência própria:-----

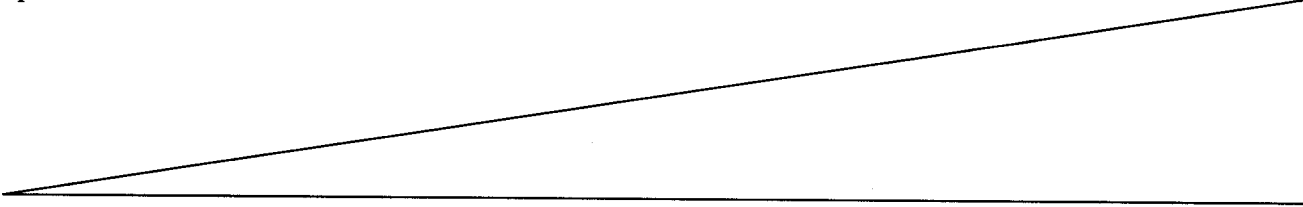
— Despacho de vinte e dois de Julho findo, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Requalificação da EN 209-2 – Trabalhos Diversos”, no montante de 17.187,96 € (dezassete mil cento e oitenta e sete euros e noventa e seis cêntimos). A referida



empreitada foi adjudicada à sociedade M.Couto Alves S.A. pelo valor inicial de 94.625,00 € por despacho do Presidente da Câmara de um de Setembro de dois mil e oito, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de um de Outubro do mesmo ano.-----

- Despacho da mesma data, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Drenagem de Águas Pluviais na Rua das Leirinhas – S. Tomé de Negrelos”, no montante de 21.765,60 (vinte e um mil setecentos e sessenta e cinco euros e sessenta cêntimos) e ratificou a decisão de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no montante de 22.565,67 € (vinte e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros e sessenta e sete cêntimos). Compensado o valor dos trabalhos a mais com o valor dos trabalhos a menos, verifica-se que o valor total dos trabalhos executados é inferior ao valor da adjudicação inicial. A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Pedreira das Lages Lda. pelo valor inicial de 111.104,25 € por despacho do Presidente da Câmara de dois de Junho de dois mil e oito, do qual o executivo camarário tomou conhecimento em reunião de onze do mesmo mês de Junho.-----

- Despacho também da mesma data, que homologou trabalhos a mais executados na empreitada denominada “Rectificação e Pavimentação do C.P. localizado no lugar de Santo António – 2ª fase – freguesia de S. Tomé de Negrelos”, no montante de 37.235,33 (trinta e sete mil euros duzentos e trinta e cinco euros e trinta e três cêntimos) e ratificou a decisão de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial no montante de 18.051,31 € (dezoito mil e cinquenta e um euros e trinta e um cêntimos). Compensado o valor dos trabalhos a mais com o valor dos trabalhos a menos, o custo adicional da empreitada em causa é de 19.184,02 € (dezanove mil cento e oitenta e quatro euros e dois cêntimos). A referida empreitada foi adjudicada à sociedade Nirvar - Construções Lda. pelo valor inicial de 108.979,10€ por despacho do Presidente da Câmara de vinte de Abril de dois mil e quatro.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

04

DESPACHO

António Alberto de Castro Fernandes, Presidente do Município de Santo Tirso, decido ao abrigo da deliberação de executivo de 31/10/2005, n.º 2-b), aprovar a 8ª modificação às Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2009, com reforço de verbas no montante de 1.624.039,35€ (um milhão, seiscentos e vinte quatro mil, trinta e nove euros, e trinta e cinco centimos), coberto pela anulação parcial de outras dotações do Orçamento de despesas, cujo teor passa a constituir as subseqüentes 6 folhas do presente despacho.

O presente despacho fundamenta-se na necessidade de reforçar algumas dotações orçamentais, para que seja possível o normal funcionamento da autarquia.

À próxima reunião ordinária para conhecimento e à Divisão de Gestão Financeira para execução.

Santo Tirso, 14 de Julho de 2009

O Presidente,

.....
Castro Fernandes



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

05

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2009

MODIFICAÇÃO N.º 8

ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DESPESA N.º 7

ALTERAÇÃO AO PLANO PLURIANUAL INVESTIMENTOS N.º 7

Julho 2009

LISTAGEM DE MODIFICAÇÕES
Ano Contabilístico: 2009 Data Aprovação :

Página: 1

Tipo de Modificação : AOD - ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA				Número : 7		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	02010299		Outros	185.000,00	30.000,00	
02	020120		Material educação cultura e recreio	500.000,00	40.000,00	
02	020214		Estudos parceres projectos e consultadoria	150.000,00	20.000,00	
02	020225		Outros serviços	2.050.000,00	100.000,00	
02	04050102		Freguesias	450.000,00	50.000,00	
02	040701		Instituições sem fins lucrativos	1.350.000,00	100.000,00	
02	05010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.300.000,00		340.000,00
02	070101		Terrenos	1.154.142,14	41.223,00	
02	07010302		Instalações desportivas e recreativas	1.734.437,12		129.000,00
02	07010305		Escolas	10.045.200,37	126.682,82	
02	07010401		Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	10.758.466,77		314.440,27
02	07010412		Cemitérios	709.366,73	225.534,45	
02	070107		Equipamento informatica	115.100,00	20.000,00	
02	07011002		Outro	298.760,66	30.000,00	
02	08010101		Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.450.000,00		350.000,00
02	08050102		Freguesias	2.650.000,00	200.000,00	
02	090702		Sociedades e quase - sociedades não financeiras- p	180.000,00	150.000,00	
Total de Aumentos/Diminuições:					1.133.440,27	1.133.440,27
Tipo de Modificação : API - ALTERAÇÃO AO PLANO DE INVESTIMENTOS				Número : 7		
Orgânica	Economica	Plano	Designação (Economica ou Plano)	Dotação Actual	Aumentos	Diminuições
02	07010401	2002 I 155	ALARGAMENTO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO RUA PORTE	65.000,00		47.598,92
02	07011002	2002 I 282	AQUISIÇÃO DIVERSAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	173.660,66	30.000,00	
02	07010305	2002 I 396	CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ NEGRELOS - PROTOCOLO COM DR	2.880.060,00	96.195,15	
02	07010305	2003 I 28	ARRANJOS EXTERIORES AO EDIFÍCIO ESCOLAR PALMEIRA	25.000,00	30.000,00	
02	07010401	2004 I 34	ALARGAMENTO RUA DE CURROS - S. MIGUEL COUTO	50.000,00		49.000,00
02	07010401	2004 I 55	DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS RUAS S. JOÃO E VISC. VILAR	43.881,13	21.766,76	
02	07010305	2005 I 20	BENEFICIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR AGRELA	91.778,48	487,67	
02	07010412	2006 I 8	CONSTRUÇÃO CAPELA MORTUÁRIA - AREIAS	10.000,00	135.769,75	
02	070107	2006 I 98	HARDWARE E SOFTWARE - DIVERSOS DEPARTAMENTOS	100.000,00	20.000,00	
02	07010401	2006 I 221	PAVIMENTAÇÃO ACESSO PARQUE LAZER OLIVAL - S. MAMED	17,63	3.490,02	
02	07010302	2007 I 78	REQUALIFICAÇÃO PARQUE DESPORTIVO MOUTEIRA-REGUENGA	130.000,00		129.000,00
02	070101	2008 I 18	AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR ERMIDA-SANTA CRISTINA C	72.000,00	41.223,00	
02	07010412	2008 I 24	AMPLIAÇÃO CEMITÉRIO MONTE CORDOVA	14.000,00	89.764,70	
02	07010401	2009 I 4	ARRUAMENTO LIGAÇÃO ROTUNDA AGRELA À ESCOLA EB2/3 -	45.000,00	17.000,00	
02	07010401	2009 I 9	INTERVENÇÃO AV. ESPINHO E RUA FONTAINHAS - S.M. CA	5.000,00	4.901,87	
02	07010401	2009 I 73	PAVIMENTAÇÃO RUA SERRA VELHA - S. TIAGO CARREIRA	50.000,00		49.000,00
02	07010401	2009 I 80	RECTIFICAÇÃO, DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇ	65.000,00		64.000,00
02	07010401	2009 I 81	PAVIMENTAÇÃO RUA CABO - LAMELAS	55.000,00		54.000,00
02	07010401	2009 I 88	ALARGAMENTO, RECTIFICAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	50.000,00		49.000,00
02	07010401	2009 I 90	ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO RUA CAMPO FUTEBOL - LAME	50.000,00		49.000,00
Total de Aumentos/Diminuições:					490.598,92	490.598,92
Total Geral :					1.624.039,19	1.624.039,19

ORGÃO EXECUTIVO

Em ___ de ___ de ___

ORGÃO DELIBERATIVO

Em ___ de ___ de ___

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO DA DESPESA				
MUNICIPIO DE SANTO TIROSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO: 8	ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA NÚMERO 7		DO ANO CONTABILISTICO DE 2009	DATA DE APROVAÇÃO
IDENTIFICAÇÃO DAS RUBRICAS			DESPESA			
			DOTAÇÃO ANTERIOR	MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE
CLASSIFICAÇÃO ORGÂNICA	ECONÓMICA	DESCRIÇÃO		INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES	
02		CÂMARA MUNICIPAL	37.080.473,79	1.133.440,27	1.133.440,27	37.080.473,79
	02	Aquisições bens serviços	2.885.000,00	190.000,00		3.075.000,00
	0201	Aquisições bens	685.000,00	70.000,00		755.000,00
	020102	Combustiveis e lubrificantes	185.000,00	30.000,00		215.000,00
	02010299	Outros	185.000,00	30.000,00		215.000,00
	020120	Material educação cultura e recreio	500.000,00	40.000,00		540.000,00
	0202	Aquisição serviços	2.200.000,00	120.000,00		2.320.000,00
	020214	Estudos parceres projectos e consultadoria	150.000,00	20.000,00		170.000,00
	020225	Outros serviços	2.050.000,00	100.000,00		2.150.000,00
	04	Transferências correntes	1.800.000,00	150.000,00		1.950.000,00
	0405	Administração local	450.000,00	50.000,00		500.000,00
	040501	Continente	450.000,00	50.000,00		500.000,00
	04050102	Freguesias	450.000,00	50.000,00		500.000,00
	0407	Instituições sem fins lucrativos	1.350.000,00	100.000,00		1.450.000,00
	040701	Instituições sem fins lucrativos	1.350.000,00	100.000,00		1.450.000,00
	05	Subsídios	3.300.000,00		340.000,00	2.960.000,00
	0501	Sociedades e quase-sociedade não financeira	3.300.000,00		340.000,00	2.960.000,00
	050101	Públicas	3.300.000,00		340.000,00	2.960.000,00
	05010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	3.300.000,00		340.000,00	2.960.000,00
	07	Aquisição bens capital	24.815.473,79	443.440,27	443.440,27	24.815.473,79
	0701	Investimentos	24.815.473,79	443.440,27	443.440,27	24.815.473,79
	070101	Terrenos	1.154.142,14	41.223,00		1.195.365,14
	070103	Edifícios	11.779.637,49	126.682,82	129.000,00	11.777.320,31
	07010302	Instalações desportivas e recreativas	1.734.437,12		129.000,00	1.605.437,12
	07010305	Escolas	10.045.200,37	126.682,82		10.171.883,19
	070104	Construções diversas	11.467.833,50	225.534,45	314.440,27	11.378.927,68
	07010401	Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares	10.758.466,77		314.440,27	10.444.026,50
	07010412	Cemitérios	709.366,73	225.534,45		934.901,18
	070107	Equipamento informatica	115.100,00	20.000,00		135.100,00
	070110	Equipamento basico	298.760,66	30.000,00		328.760,66
	07011002	Outro	298.760,66	30.000,00		328.760,66
	08	Tranferencias capital	4.100.000,00	200.000,00	350.000,00	3.950.000,00
	0801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1.450.000,00		350.000,00	1.100.000,00
	080101	Publicas	1.450.000,00		350.000,00	1.100.000,00
	08010101	Empresas Públicas Municipais e Intermunicipais	1.450.000,00		350.000,00	1.100.000,00
	0805	Administração local	2.650.000,00	200.000,00		2.850.000,00
	080501	Continente	2.650.000,00	200.000,00		2.850.000,00
	08050102	Freguesias	2.650.000,00	200.000,00		2.850.000,00
	09	Activos financeiros	180.000,00	150.000,00		330.000,00
	0907	Acções e outras participações	180.000,00	150.000,00		330.000,00
	090702	Sociedades e quase - sociedades não financeiras- publicas	180.000,00	150.000,00		330.000,00
TOTAL ...			37.080.473,79	1.133.440,27	1.133.440,27	37.080.473,79
TOTAL DE DESPESAS CORRENTES				340.000,00	340.000,00	
TOTAL DE DESPESAS DE CAPITAL ...				793.440,27	793.440,27	

Em ____ de ____ de ____

Aprovada em reunião de ____

O Presidente da Camara, _____

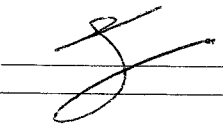
Os Vereadores:

_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____

ENTIDADE		MODIFICAÇÕES AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS													
MUNICÍPIO DE SANTO TIERSO		MODIFICAÇÃO NÚMERO : 8		NÚMERO 7		DO ANO CONTABILÍSTICO 2009		DATA DE APROVAÇÃO							
OBJECTIVO / PROGRAMA / PROJECTO / ACÇÃO	NÚMERO DO PROJ. ACÇÃO	DESCRIÇÃO	CODIGO DA CLASSIFIC. ORGANICA	CODIGO DA CLASSIFIC. ECONOMICA	DATAS		EX	VALOR REALIZADO	DOTAÇÃO ANTERIOR			MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS		DOTAÇÃO SEGUINTE	
					INICIO	FIM			ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)		ANOS SEQUENTES	INSCRIÇÕES / REFORÇOS	DIMINUIÇÕES / ANULAÇÕES		
									TOTAL	DEFINIDO					NAO DEFINIDO
1.		Funções gerais													
1.1.		Serviços gerais de administração pública													
1.1.1.		Administração geral													
1.1.1.1.	18	2002 282 AQUISIÇÃO DIVERSAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	02	07011002	2000/02/22	2009/12/31	0		173.660,66	173.660,66			30.000,00	203.660,66	
1.1.1.1.	08	2006 98 HARDWARE E SOFTWARE - DIVERSOS	02	070107	2006/01/01	2010/12/31	0		100.000,00	100.000,00	150.000,00		20.000,00	120.000,00	
		DEPARTAMENTOS													
		Funções sociais													
2.1.		Educação													
2.1.1.		Ensino não superior													
2.1.1.1.	58	2002 396 CONSTRUÇÃO EBI S. TOMÉ NEGRELOS - PROTOCOLO COM DREN	02	07010305	2000/06/29	2011/12/31	0		2.880.060,00	2.880.060,00	4.377.871,13		96.195,15	2.976.255,15	
2.1.1.1.	10	2003 28 ARRANJOS EXTERIORES AO EDIFÍCIO ESCOLAR PALMEIRA	02	07010305	2003/01/01	2010/12/31	0		25.000,00	25.000,00	25.000,00		30.000,00	55.000,00	
2.1.1.1.	02	2005 20 BENEFICIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR AGRELA	02	07010305	2005/01/01	2009/12/31	2		91.778,48	91.778,48			487,67	92.266,15	
2.1.1.1.	09	2008 18 AMPLIAÇÃO EDIFÍCIO ESCOLAR ERMIDA-SANTA CRISTINA COUTO	02	070101	2008/01/01	2010/12/31	0		72.000,00	72.000,00	23.000,00		41.223,00	113.223,00	
2.4.		Habituação e serviços colectivos													
2.4.2.		Ordenamento do território													
2.4.2.1.	89	2006 221 PAVIMENTAÇÃO ACESSO PARQUE LAZER OLIVAL - S. NAMEDE NEGRELOS	02	07010401	2005/12/06	2009/12/31	9		17,63	17,63			3.490,02	3.507,65	
2.4.2.1.	03	2009 4 ARRUMAMENTO LIGAÇÃO ROTUNDA AGRELA À ESCOLA EB2/3 - AGRELA	02	07010401	2009/01/01	2009/12/31	0		45.000,00	45.000,00			17.000,00	62.000,00	
2.4.3.		Cemitérios													
2.4.3.2.		Cemitérios													
2.4.3.2.1.	06	2006 8 CONSTRUÇÃO CAPELA MORTUÁRIA - AREIAS	02	07010412	2005/11/25	2010/12/31	0		10.000,00	10.000,00	30.000,00		135.769,75	145.769,75	
2.4.3.2.1.	03	2008 24 AMPLIAÇÃO CENTÉRIO MONTE CORDOVA	02	07010412	2008/01/01	2010/12/31	0		14.000,00	14.000,00	85.000,00		89.764,70	103.764,70	
2.5.		Serviços culturais, recreativos e religiosos													
2.5.2.		Desporto, recreio e lazer													
2.5.2.1.	06	2007 78 REQUALIFICAÇÃO PARQUE DESPORTIVO MOUTEIRA-REQUENGA	02	07010302	2007/01/01	2009/12/31	0		130.000,00	130.000,00			129.000,00	1.000,00	
3.		Funções económicas													
3.1.		Transportes e comunicações													
3.1.1.		Rede viária urbana e rural													
3.1.1.1.	013	2002 155 ALARGAMENTO, RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO RUA PORTELADA - 2.ª F - LAMELAS	02	07010401	2000/05/22	2009/12/31	0		65.000,00	65.000,00			47.598,92	17.401,08	
3.1.1.1.	042	2004 34 ALARGAMENTO RUA DE CURROS - S. MIGUEL COUTO	02	07010401	2004/01/01	2009/12/31	0		50.000,00	50.000,00			49.000,00	1.000,00	
3.1.1.1.	050	2004 55 DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS RUAS S. JOÃO E VISC. VILARINHO S. ROMÃO - S. TOMÉ DE NEGRELOS	02	07010401	2004/01/01	2009/12/31	4		43.881,13	43.881,13			21.766,76	65.647,89	
3.1.1.1.	002	2009 9 INTERVENÇÃO AV. ESPINHO E RUA FONTAINHAS - S.M. CAMPO	02	07010401	2009/01/01	2010/12/31	0		5.000,00	5.000,00	45.000,00		4.901,87	9.901,87	
3.1.1.1.	014	2009 73 PAVIMENTAÇÃO RUA SERRA VELHA - S. TIAGO CARREIRA	02	07010401	2009/01/01	2009/12/31	0		50.000,00	50.000,00			49.000,00	1.000,00	
3.1.1.1.	016	2009 80 RECTIFICAÇÃO, DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS E PAVIMENTAÇÃO RUA REGATO - GUIMARÊS	02	07010401	2009/01/01	2009/12/31	0		65.000,00	65.000,00			64.000,00	1.000,00	
3.1.1.1.	017	2009 81 PAVIMENTAÇÃO RUA CABO - LAMELAS	02	07010401	2009/01/01	2009/12/31	0		55.000,00	55.000,00			54.000,00	1.000,00	
3.1.1.1.	024	2009 88 ALARGAMENTO, RECTIFICAÇÃO, PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM ÁGUAS PLUVIAIS RUA DO PRESEIRO - SANTO TIERSO	02	07010401	2009/01/01	2011/12/31	0		50.000,00	50.000,00	200.000,00		49.000,00	1.000,00	
3.1.1.1.	026	2009 90 ALARGAMENTO E PAVIMENTAÇÃO RUA CAMPO FUTEBOL - LAMELAS	02	07010401	2009/01/01	2010/12/31	0		50.000,00	50.000,00	70.000,00		49.000,00	1.000,00	
TOTAL ...									3.975.397,90	3.975.397,90		5.005.871,13	490.598,92	490.598,92	3.975.397,90

O PRESIDENTE DO ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____



ORGÃO EXECUTIVO

Em ____ de ____ de ____





LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

12

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12/AGOSTO/2009 – ACTA Nº 18

ORDEM DO DIA

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (29/07/2009)
- 2 – Secretário das Reuniões da Câmara Municipal: Designação de Substituto
- 3 – Empreitada: “Ampliação de Beneficiação do Escola EB1/JI de Arcozelo”
Declaração da Câmara Municipal, a atestar que, tecnicamente, os elementos da solução da obra a realizar apresentados a concurso são os necessários e suficientes à boa execução da obra
- 4 – Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso e respectiva Tabela de Preços: Alteração: Aprovação
- 5 – Contratos de Arrendamento para fins não habitacionais a celebrar pelo Município de Santo Tirso para execução do Acordo de Colaboração celebrado com a AMA, I.P. – para a Modernização Administrativa. I.P e a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração ratificado pela câmara em reunião de 15/10/2008: Aprovação das minutas e pedido de autorização à Assembleia Municipal para assunção de despesas em mais do que um ano económico
- 6 - Apoio à 71ª Volta a Portugal em bicicleta: Aprovação da minuta do contrato a celebrar com a sociedade PAD – Produções de Actividades Desportivas, S.A.: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara
- 7 – Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno com a área de 3.304,00 m² sita no lugar da Ermida, Santa Cristina do Couto destinada à execução da obra infra-estruturação viária e qualificação da zona industrial da Ermida: Aceitação das condições da cedência
- 8 - Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno com a área de 6.026,63 m², sita no lugar de Monte Sião ou Igreja na freguesia de S. Miguel do Couto destinada a obras de beneficiação do referido lugar de Monte Sião: Aceitação das condições da cedência



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

- 9 - Aquisição pela via do direito privado de uma parcela de terreno com a área de 739,53 m² sita no lugar de Areal, freguesia de S. Miguel do Couto destinada a obras de urbanização para beneficiação do referido lugar: Aceitação das condições da cedência

10 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 7 de Agosto de 2009

O Presidente,



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (29/07/2009).---

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e nove de Julho findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com sete votos a favor.-----



2. DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.-

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o disposto no artigo 14º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aplicável ao funcionamento da Câmara Municipal em tudo o que a Lei 169/99, de 18 de Setembro, não disponha de modo diferente;-----

Considerando a aposentação da Chefe da Divisão de Administração Geral;-----

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 92º da Lei 169/99, proponho que a Câmara delibere designar a funcionária Ana Maria Magalhães do Vale, Coordenadora Técnica, para substituir as funcionárias designadas por deliberação camarária de trinta e um de Outubro de dois mil e cinco (item três da respectiva acta), em eventual situação de ausência de ambas.-----

A proposta foi aprovada por sete votos a favor.-----



3. EMPREITADA: “AMPLIAÇÃO E BENEFICIAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE ARCOZELO”: DECLARAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL, A ATESTAR QUE, TECNICAMENTE, OS ELEMENTOS DA SOLUÇÃO DA OBRA A REALIZAR APRESENTADOS A CONCURSO SÃO OS NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À BOA EXECUÇÃO DA OBRA.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

Em reunião camarária de onze de Fevereiro último (item treze da respectiva acta), esta câmara municipal tomou a decisão de contratar prevista no artigo 36º, n.º 1, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto – Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, para realização da empreitada acima referida, cujo projecto de execução tinha sido aprovado por meu despacho de quatro de Dezembro de dois mil e oito, ratificado por este órgão municipal na mesma reunião camarária.-----

A mesma deliberação camarária aprovou as peças do respectivo procedimento de concurso, a saber:-----

- Programa de procedimento;-----

- Caderno de Encargos, composto pelo Programa e pelo Projecto de Execução;-----

- Mapa de quantidades dos trabalhos a executar e necessários à execução da obra;-----

- Mapa de Medições Auxiliares;-----

-Pareceres das entidades consultadas, tudo conforme consta da aludida deliberação camarária que, por economia, aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

Assim os “*elementos de solução da obra*” apresentados a concurso foram os seguintes:--

1. Caderno de Encargo, designado por “Programa”: (páginas 18 a 51 do processo);-----

2. Lista dos trabalhos necessários à execução da obra a realizar e respectivas quantidades (páginas 52 a 122 do processo);-----

3. Mapa de Medições Auxiliares (páginas 123 a 143 do processo);-----

4. Projecto de Execução da obra, que é composto pelos elementos referidos na aludida



deliberação camarária, constantes de folhas 144 a 879 do processo e que estão mencionados nos pontos 1.2.1 a 1.2.10 da cláusula 1ª do Contrato de Empreitada que veio a ser celebrado em oito de Junho último (contrato n.º 44/2009), na sequência da decisão de adjudicação tomada por deliberação da câmara municipal de seis de Maio último (item dezassete da respectiva acta);-----

O projecto da respectiva empreitada foi elaborado de harmonia com as normas constantes da Portaria de sete de Fevereiro de mil novecentos e setenta e dois, publicada no Diário do Governo, 2ª série, n.º 35 (suplemento), de 11 de Fevereiro de 1972, e respectivas alterações, conforme consta do número 16. do caderno de encargos do procedimento relativo à formação do contrato para elaboração do respectivo projecto, aberto por meu despacho de catorze de Abril de dois mil e oito, cuja adjudicação veio a ser decidida também por meu despacho de quatro de Junho do mesmo ano, por ser essa Portaria que se encontrava em vigor à data da abertura do procedimento de contratação para elaboração do respectivo projecto;-----

O objectivo da presente empreitada é a remodelação e ampliação do edifício onde funciona a “Escola EB1/JI de Arcozelo”, sita na freguesia de Água Longa, deste concelho, infra-estrutura escolar já existente, necessidade que foi apontada na “Carta Educativa do Concelho de Santo Tirso”, aprovada pela assembleia municipal em reunião de vinte e seis de Abril de dois mil e sete, sob proposta da câmara aprovada em reunião realizada em dezoito do mesmo mês de Abril, de modo a colmatar as insuficiências existentes quer ao nível do pré-escolar quer ao nível do 1º ciclo do ensino básico, tendo em conta que as instalações existentes se encontram sobreocupadas e em regime de desdobramento numa freguesia em crescimento demográfico;-----

De facto, esta escola tem apenas uma sala destinada a JI e quatro destinadas ao ensino básico, tendo sido defendido na referida Carta Educativa a necessidade de dotar esta infra-estrutura de mais duas salas destinadas ao pré-escolar e mais quatro salas destinadas ao 1º ciclo, de modo a aumentar a oferta pública relativamente a estes dois graus do ensino básico;-----

Pelo que, para elaboração do respectivo projecto de execução foi elaborado o respectivo



Programa Preliminar da ampliação pretendida, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes duas folhas;-----

De harmonia com o artigo 40º, alínea b) do referido Código dos Contratos Públicos, as peças do procedimento para a formação dos contratos são as seguintes:-----

- Programa de Procedimento;-----
- Caderno de Encargos, sendo que este *“é a peça do procedimento que contém as cláusulas a incluir no contrato a celebrar”* (cfr.artigo 42º do mesmo Código), cláusulas essas quer de carácter jurídico, quer de carácter técnico;-----

Dispõe o artigo 43º do referido Código que *“O caderno de encargos do procedimento de formação de contratos de empreitada de obras públicas deve ser integrado pelos seguintes elementos da solução da obra a realizar:-----*

- a) Programa;-----*
- b) Projecto da execução.”-----*

Sendo que o Projecto de Execução deve ser acompanhado dos elementos referidos no n.º 4 do mesmo artigo e, sempre que tal se revele necessário, dos elementos referidos no n.º 5, também do mesmo artigo.-----

O procedimento do concurso público para formação do contrato da empreitada em causa, foi um dos primeiros a ser organizado na vigência do novo Código dos Contratos Públicos, sendo que, na sua organização, poderá não estar estruturado de harmonia com a sistemática para que aponta aquele Código, mas, tecnicamente, contém todos os elementos da solução da obra a realizar, sendo que esses elementos a definem e enquadram em termos técnicos e cumprem a legislação aplicável.----

Vejamos:-----

Programa (alínea a) do n.º 1 do artigo 43º)-----

Aquando da publicação do novo código existiam muitas dúvidas sobre o conteúdo deste elemento, intuindo-se apenas que deveria ser algo diferente do programa de procedimento;-----



Só com a publicação da Portaria 701-H/2008, de 29 de Julho, se veio a concluir que esse “Programa” corresponde ao “Programa-Preliminar” cuja definição consta da alínea n) do artigo 1º das “Instruções para a elaboração de projectos de obras públicas” aprovadas pela referida Portaria;-----

O programa preliminar deste projecto, consistia, com base no parecer constante da Carta Educativa do Concelho de Santo Tirso *“na ampliação do edifício em causa, Escola EB1/JI de Arcozelo”* com as divisões e equipamentos previstos no documento anexo à presente deliberação;----

Programa preliminar esse que foi fornecido pela câmara municipal ao projectista para efeitos de elaboração do respectivo Projecto de Execução;-----

É certo que este documento designado “Programa Preliminar” não consta das peças patenteadas a concurso para a formação do contrato de empreitada em causa, mas o respectivo projecto foi concebido de acordo com esse programa, sendo que a informação constante daquele documento veio a ficar plasmada no respectivo Projecto de Arquitectura, quer das peças escritas, quer das peças desenhadas, nomeadamente da memória descritiva, constante de folhas 360 a 363 do processo de concurso, quer das plantas de arquitectura (folhas 427 a 429);-----

Resulta do projecto de execução que se trata de uma obra de ampliação de um edifício escolar existente, de cuja análise resulta a referência aos elementos físicos existentes, aos que são a demolir, a manter e beneficiar e ao que se pretende ampliar;-----

O documento a que no procedimento se designou por “Programa”, mais não é do que o documento que contém as cláusulas jurídicas do caderno de encargos, sendo que as cláusulas técnicas do mesmo constam do respectivo projecto de execução (arquitectura) – folhas 364 a 423 do procedimento.-----

Projecto de Execução

Como se disse, foi elaborado de acordo com o previsto na Portaria de 1972, tendo em conta o tipo de obra a executar (projecto de ampliação de edifício), respeitando o estipulado nessa Portaria, pelo que veio a ser aprovado, por meu despacho de quatro de Dezembro de dois mil e oito,



ratificado pela aludida deliberação camarária de onze de Fevereiro último;-----

De qualquer modo, contém os elementos essenciais dos projectos de execução relativos a edifícios, tendo em conta quer a categoria da obra quer a complexidade da mesma, quer os objectivos a alcançar com a sua execução.-----

Elementos referidos no n.º 4 do mesmo artigo 43º

Do processo de concurso consta a lista dos trabalhos a realizar e as respectivas quantidades (folhas 52 a 122 das peças do procedimento), conforme exigido na alínea b) do referido n.º 4;-----

Relativamente à descrição dos trabalhos preparatórios ou acessórios (alínea a) do n.º 4), estes constam da mesma lista.-----

Assim:-----

- Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro – constam do artigo 1.1.2 daquela lista;-----

- Trabalhos necessários para garantir a segurança – constam do artigo 1.1.1 daquela lista e do Plano de Segurança junto ao respectivo procedimento;-----

- Trabalhos referidos na alínea c) do artigo 350º do CCP – não existem;-----

- Trabalhos referidos na alínea d) do mesmo artigo – não existem, em virtude do estaleiro da obra ser dentro do prédio urbano onde se situa o edifício a ampliar (prédio urbano actualmente descrito na CRP de Santo Tirso sob o número 1390/20081121).-----

FACE AO EXPOSTO PROPONHO:-----

A) Que a câmara delibere reconhecer e declarar para todos os efeitos legais que os “elementos de solução da obra a realizar” apresentados a concurso a definem e enquadram em termos técnicos e são suficientes para a sua boa execução;-----

B) Relativamente aos elementos constantes do n.º 5 do artigo 43º do Código dos Contratos Públicos, que devem acompanhar o projecto de execução **sempre que necessário**, propõe-



se que a câmara delibere o seguinte:-----

“a) Dos levantamento e das análises de base e de campo” – Levantamento da situação existente-----

Das peças patenteadas a concurso na empreitada de “Ampliação e beneficiação da Escola EB1/JI de Arcozelo” constam plantas relativas à situação existente, nomeadamente as plantas de folhas 424 a 426 do processo de concurso;-----

Assim, no que a estes elementos diz respeito, propõe-se que a câmara delibere reconhecer que a informação que era necessário fornecer aos concorrentes sobre a situação existente consta do próprio projecto técnico e é suficiente para a execução desta obra.-----

“b) Dos estudos geológicos e geotécnicos”-----

Eram do conhecimento da câmara as condições e características do terreno, obtido pela experiência da realização recente de uma obra realizada no recinto do edifício escolar existente, denominada “Construção de Alpendre no edifício escolar de Arcozelo 2 - Água Longa”, adjudicada por despacho do Presidente da Câmara de 07 de Setembro de 2004, cujo dimensionamento das fundações previsto no projecto de estabilidade adoptou uma tensão do terreno igual à prevista para o dimensionamento das fundações da empreitada agora em causa (350 KPa equivalente a 0,35MPa). De facto, no decurso da execução daquela obra foi encontrado um tipo de solo da natureza do previsto no projecto. **Pelo o que, propõe-se que a câmara delibere declarar que, em face do referido, entendeu não ser necessário o estudo geológico e geotécnico do terreno para a empreitada agora em análise.-----**

“c) Dos estudos ambientais, incluindo a declaração de impacto ambiental, nos termos de legislação aplicável” – O Projecto em causa não está sujeito a avaliação de impacte ambiental, pois não consta nem dos projectos tipificados no anexo I do DL 69/2000, de 03 de Maio, nem nos projectos enunciados no anexo II do mesmo diploma legal.-----

Nem o projecto em causa é susceptível de provocar um impacto significativo no



ambiente, tendo em conta os critérios estabelecidos no anexo V do mesmo diploma legal.-----

“d) Dos estudos de impacte social, económico ou cultural (...)”-----

O programa a observar pelo projecto está definido e fundamentadamente justificado em sede da referida Carta Educativa, documento analítico e programático, que enquadra de forma articulada o conjunto de intervenções a desenvolver pelo município no parque escolar.-----

Face à existência daquele documento, legalmente aprovado e publicitado, **propõe-se que a câmara delibere reconhecer não ser necessário qualquer outro estudo relativo a este projecto.**-----

Para a execução da obra em causa (ampliação) foi necessário proceder-se à aquisição de uma parcela de terreno com a área de mil metros quadrados, cuja escritura de compra e venda veio a ser celebrada em vinte e seis de Junho de dois mil e oito, mas o respectivo projecto de execução já foi desenvolvido tendo em conta a futura aquisição dessa parcela de terreno, pois há data da sua elaboração as respectivas negociações já estavam em curso. A planta de localização fornecida ao projectista já previa a área a adquirir pelo município.-----

E o terreno onde está edificada a infra-estrutura escolar existente é propriedade do município.-----

“e) Dos resultados dos ensaios laboratoriais ou outros” – não aplicável ao tipo de projecto em causa.-----

“f) Do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável”.-----

A elaboração do projecto de execução em causa iniciou-se na sequência do despacho do Presidente da Câmara de 14 de Abril de 2008, anterior à data da entrada em vigor do DL 46/2008 de 12 de Março, pelo que **no entendimento desta câmara municipal ao mesmo não se aplicava ainda a obrigatoriedade constante do antigo 10º do referido Decreto – Lei**, razão pela qual este plano não fez parte dos elementos apresentados a concurso.-----

As propostas foram aprovadas com sete votos a favor.-----

III PROGRAMA PRELIMINAR

1. Enquadramento

1.1 No Plano Director Municipal

A parcela onde está implantado o actual edificio da Escola EB1/JI de Arcozelo, bem como a área destinada à construção da sua ampliação está definida na planta de ordenamento do Plano Director Municipal em vigor, como "zona de construção Tipo I".

1.2 Na Carta Educativa

A "Carta Educativa do Concelho de Santo Tirso", defende a necessidade de remodelação e expansão desta infra-estrutura escolar de forma a colmatar as insuficiências existentes ao nível do 1º ciclo, proporcionando assim o cumprimento da "recomendação do Ministério da Educação em termos de boas práticas e condições pedagógicas".

1.3 No P.P.I.

A ampliação deste edificio escolar está inserida no Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal de Santo Tirso sob o código 02 – 2008 – 2.

2. Projecto

2.1 Programa

Foi, com base no parecer referido, elaborado o programa para a ampliação do edificio em causa, Escola EB1/JI de Arcozelo – Água Longa, contemplando:

- 2 (duas) salas de aula destinadas ao 1º ciclo do ensino básico;
- 2 (duas) salas de aula destinadas ao ensino pré-escolar (a que existe passa a sala de professores);
- 1 (uma) sala destinada às actividades de enriquecimento escolar, nomeadamente para ciências experimentais e expressão plástica, com vários pontos de água;
- 1 (uma) biblioteca escolar /centro de recursos;
- Balneários, para facilitar a prática de actividades desportivas;
- 1 (uma) sala destinada ao prolongamento de horário;
- Espaços de Recreio e Lazer;
- 1 (uma) sala destinada à realização de reuniões/atendimento/administração, para a Associação de Pais.

2.2 Legislação

Na elaboração do projecto deve ser rigoroso o cumprimento de toda a legislação aplicável a edificios destas características, nomeadamente o Regulamento de Segurança Contra Incêndios, o Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto, que "aprova as normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada a edificios públicos, o roteiro da Inspeção-Geral da Educação para a "Qualidade dos Equipamentos Educativos", etc.

2.3 Projectos a desenvolver

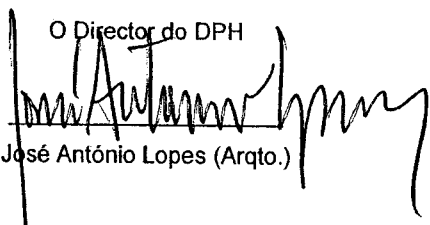
- Projecto de arquitectura

- Projecto de estabilidade e fundações
- Projecto da rede de abastecimento de água
- Projecto da rede de drenagem de águas residuais
- Projecto de instalação eléctrica
- Projecto da rede de voz e dados
- Projecto da rede de gás
- Estudo de comportamento térmico
- Estudo de comportamento acústico
- Projecto de segurança contra incêndios
- Arranjos exteriores
- Projecto da rede de águas pluviais
- Plano de segurança e saúde

2.4 Projecto dos espaços exteriores

O projecto do arranjo dos espaços exteriores da escola deverá obedecer aos critérios definidos pela Divisão de Planeamento Ambiental e Valorização da Paisagem da Câmara Municipal de Santo Tirso, devendo o adjudicatário consultar a referida Divisão.

O Director do DPH


José António Lopes (Arqto.)



4. REGULAMENTO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE SANTO TIRSO E RESPECTIVA TABELA DE PREÇOS: ALTERAÇÃO: APROVAÇÃO.-----

Presente informação de sete do corrente mês de Agosto, da Divisão Jurídica e do Contencioso, registada com o número onze mil quinhentos e trinta e um, a comunicar que no período de inquérito público relativo às alterações ao regulamento acima referido, aprovadas por deliberação camarária de quinze de Julho findo (item treze da respectiva acta) não foram apresentadas quaisquer reclamações ou sugestões às alterações propostas.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que compete à câmara municipal construir e gerir instalações e equipamentos desportivos (alínea f) do n.º 2 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro), proponho que a câmara municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do n.º 7 do referido artigo 64º e alínea j) do n.º 1 do mesmo artigo, delibere aprovar as seguintes alterações ao Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso e Tabela de Preços anexa, nos termos que constam do documento que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo a subsequente folha, para entrarem em vigor no quinto dia posterior à data da afixação de edital na câmara municipal a publicitar a presente deliberação.-----

Anexa-se também à presente acta a redacção do ponto 3 da Tabela de Preços anexa ao referido Regulamento, com a redacção agora aprovada, o que constitui a folha vinte e oito da presente acta.-----

- Alteração da redacção do n.º 4 do capítulo III - **CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES;**-----

- Alteração da redacção da alínea b) do n.º 3 do capítulo VI – **PAGAMENTOS;**-----

- Aditamento das alíneas c) e d) ao mesmo n.º 3 do capítulo VI ;-----

- Alteração da redacção do n.º 4 do mesmo capítulo VI;-----

- Aditamento do n.º 8 ao capítulo X - **DISPOSIÇÕES FINAIS.**-----



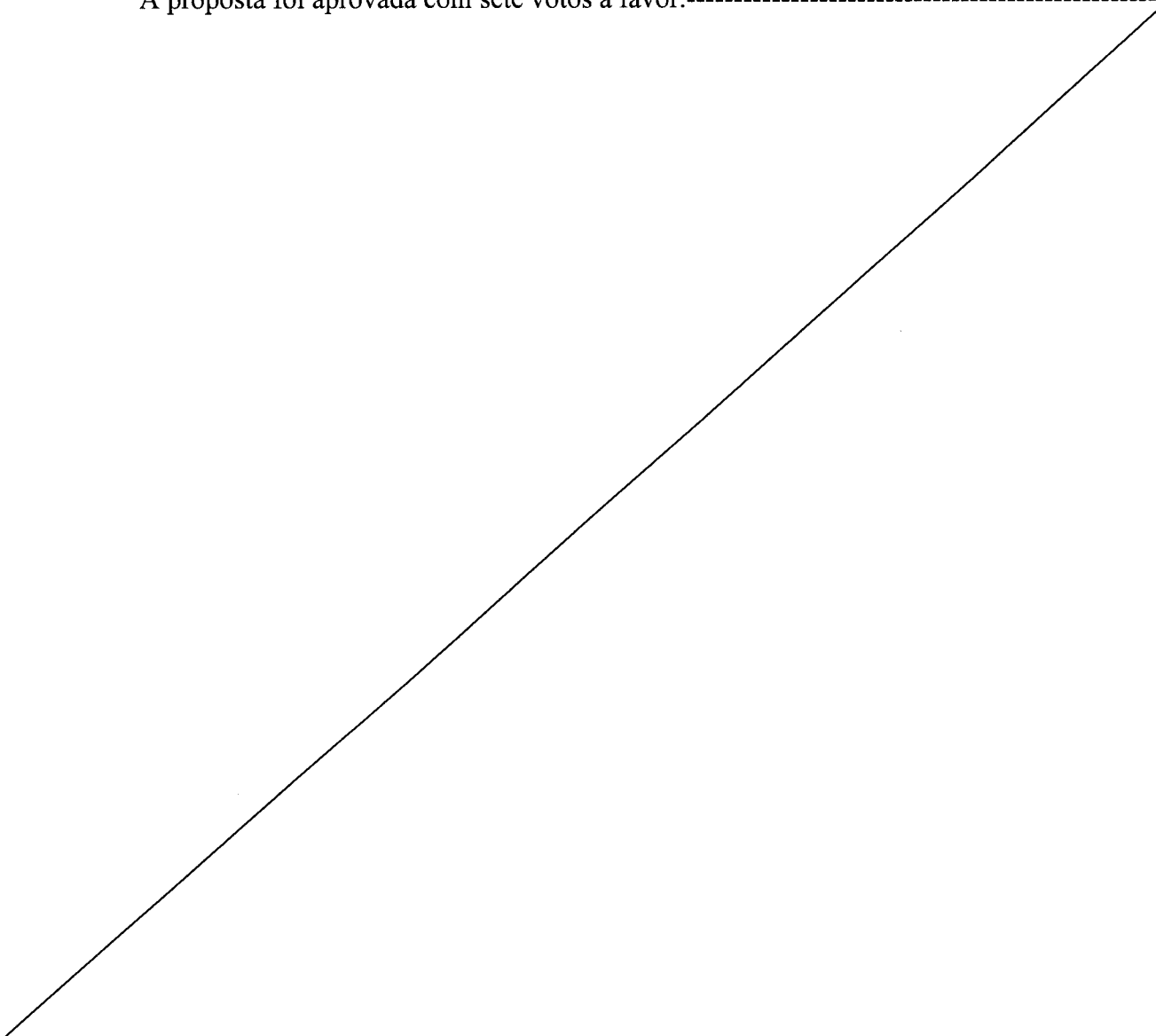
- Aditamento do ponto 3.6 à respectiva Tabela de Preços (Tarifa familiar – domingos e feriados) com a seguinte redacção:-----

3.6 Tarifa familiar – domingos e feriados:-----

3.6.1 – Utilização do campo de futebol..... 20,00€ / hora-----

3.6.2 – Utilização do campo de ténis..... 3,00€ / hora-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



Alteração ao Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso

III - CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

1) (...)

2) (...)

3) (...)

4) Todos os pedidos de utilização serão sujeitos a prévia marcação. A reserva de utilização só será efectuada após o pagamento.

5) (...)

6) (...)

7) (...)

8) (...)

VI - PAGAMENTOS

1) (...)

2) (...)

3) Para a utilização e concessão de espaços, os pagamentos serão efectuados de acordo com as seguintes regras:

a. (...);

b. Quando se tratam de utilizações regulares, a totalidade das utilizações até ao dia 10 de cada mês, reduzida em 10%.

c. No caso das condições da reserva serem alteradas e que implique acréscimo de preço, estas terão que ser regularizadas antes da utilização.

d. O cancelamento da reserva poderá ser objecto de compensação, desde que seja comunicado à Divisão de Desporto, com a antecedência mínima de 24 horas. A marcação da nova reserva dependerá da disponibilidade da agenda.

4) A utilização dos serviços implica o pagamento da inscrição, válida por um ano lectivo, exceptuando:

a. A utilização avulsa;

b. A utilização mensal nos meses de Julho e Agosto.

5) (...)

X - DISPOSIÇÕES FINAIS

1) (...)

2) (...)

3) (...)

4) (...)

5) (...)

6) (...)

7) (...)

8) Na determinação do preço de utilização para grupos, em função da idade, aplica-se o preço reduzido quando o grupo contenha, pelo menos, dois terços de utilizadores com idade até 18 anos.

(...)

3 – Utilização do Polidesportivo Municipal / Área Polidesportiva de Ar Livre**3.1 – Utilização do campo de futebol de sete, para grupos de jovens até 18 anos:**

3.1.1. – Dias da semana, até às 18:00 horas	gratuito
3.1.2. – A partir das 18:00 horas e sábados:	30,00 € / hora
3.1.3. – Iluminação	5,00 € / hora

3.2 – Utilização do campo de futebol de sete, para grupos maiores de 18 anos:

3.2.1. – Dias da semana, até às 18:00 horas	20,00 € / hora
3.2.2. – A partir das 18:00 horas e sábados:	45,00 € / hora
3.2.3. – Iluminação	5,00 € / hora

3.3 – Utilização dos campos de ténis para jovens até 18 anos:

3.3.1. – <u>Dias da semana, até às 18:00 horas:</u>	
3.3.1.1 – Dois jogadores	2,00 € / hora
3.3.1.2 – Três a quatro jogadores	3,00 € / hora
3.3.2. – <u>A partir das 18:00 horas e sábados:</u>	
3.3.2.1 – Dois jogadores	2,50 € / hora
3.3.2.2 – Três a quatro jogadores	3,00 € / hora
3.3.3 – Iluminação	2,00 € / hora

3.4 – Utilização dos campos de ténis para maiores de 18 anos:

3.4.1. – <u>Dias da semana, até às 18:00 horas:</u>	
3.4.1.1 – Dois jogadores	3,00 € / hora
3.4.1.2 – Três a quatro jogadores	4,00 € / hora
3.4.2. – <u>A partir das 18:00 horas e sábados:</u>	
3.4.2.1 – Dois jogadores	5,00 € / hora
3.4.2.2 – Três a quatro jogadores	6,00 € / hora
3.4.3 – Iluminação	2,00 € / hora

3.5 – Utilização do campo de basquetebol

gratuito

3.6 – Tarifa Familiar - domingos e feriados

3.6.1. – Utilização do campo de futebol	20,00 € / hora
3.6.2. – Utilização do campo de ténis	3,00 € / hora

4 – Actividades / classes:

4.1 – Inscrição (inclui cartão, seguro e uma utilização livre à escolha)	15,00 € / ano
4.2 – Renovação da Inscrição (antes do final do ano lectivo)	10,00 € / ano
4.3 – Segunda via do Cartão	5,00 €

(alterações referenciadas a azul)



Handwritten signature and mark.

5. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO PARA FINS NÃO HABITACIONAIS A CELEBRAR PELO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO PARA EXECUÇÃO DO ACORDO DE COLABORAÇÃO CELEBRADO COM A AMA, I.P. – AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. I.P E A ESTRUTURA DE MISSÃO LOJAS DO CIDADÃO DE SEGUNDA GERAÇÃO RATIFICADO PELA CÂMARA EM REUNIÃO DE 15/10/2008: APROVAÇÃO DAS MINUTAS E PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA ASSUNÇÃO DE DESPESAS EM MAIS DO QUE UM ANO ECONÓMICO.-----

Presentes informações da Divisão Jurídica e do Contencioso, de quinze de Maio e cinco de Junho últimos, a remeter minutas de dois contratos de arrendamento, um deles a celebrar com Orlando Gouveia Sequeira e outro com a sociedade JFS – Sociedade de Construções Joaquim Ferreira dos Santos Lda., tendo por objecto a instalação dos serviços das Lojas do Cidadão de Segunda Geração, das quais se anexam cópias à presente acta e dela ficam a fazer parte integrante constituindo os Anexos I e II da mesma, ambos compostos por três folhas.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Por deliberação camarária de quinze de Outubro último (item sete da respectiva acta) foi ratificado o Acordo de Colaboração celebrado entre o município de Santo Tirso e a AMA, IP Agência para a Modernização Administrativa. I.P e a Estrutura de Missão Lojas do Cidadão de Segunda Geração, nos termos do qual (cfr. cláusula 3ª) o município se obrigou a ceder as instalações necessárias para a instalação da Loja do Cidadão;-----

Para o efeito foram desenvolvidas negociações com os proprietários das fracções autónomas necessárias para o efeito, identificadas nas minutas dos contratos de arrendamento anexas;

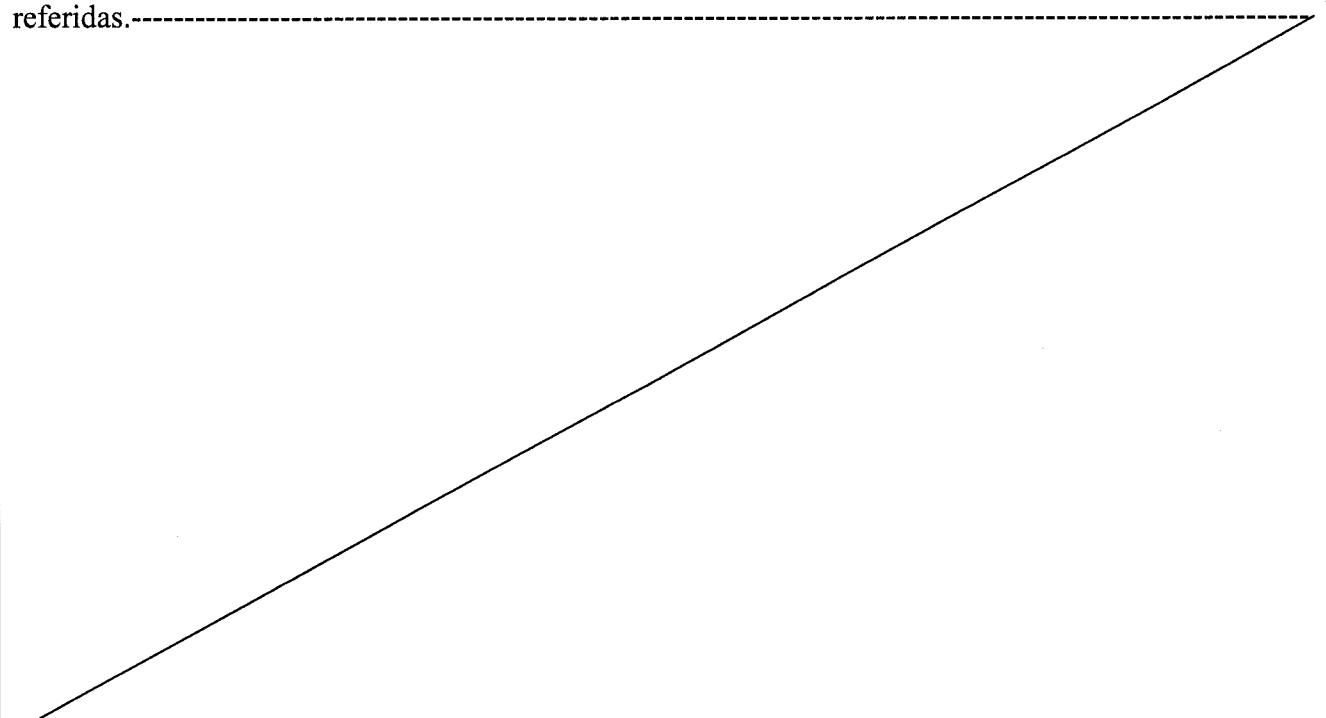
A despesa anual (12 meses de renda) resultante dos contratos de arrendamento a celebrar é de 142.974,00 € (cento e quarenta e dois mil novecentos e setenta e quatro euros), não estando incluídas neste valor as actualizações legais da renda e as despesas de condomínio previstas na cláusula 5ª dos respectivos contratos;-----



Considerando o período de vigência dos contratos (15 anos) o encargo estimado resultante daqueles contratos é de 2.144.610 € (dois milhões cento e quarenta e quatro mil seiscentos e dez euros);-----

Face ao exposto proponho que a câmara delibere aprovar as minutas dos referidos contratos e, considerando que dos respectivos contratos resultam despesas em mais do que um ano económico, e, face ao disposto no artigo 22º do Decreto-Lei 197/99, de 8 de Junho, delibere solicitar autorização à Assembleia Municipal para o município celebrar os referidos contratos, cujo encargo estimado é o referido valor de 2.144.610 € (dois milhões cento e quarenta e quatro mil seiscentos e dez euros), a repartir pelo período de 15 anos, sendo que o valor a pagar no ano em curso depende da data de início da vigência dos contratos;-----

A câmara deliberou, com sete votos a favor, aprovar as minutas dos referidos contratos e remeter a presente deliberação à Assembleia Municipal para efeitos de autorização para o município assumir encargos em mais do que um ano económico, de harmonia com as estimativas acima referidas.-----



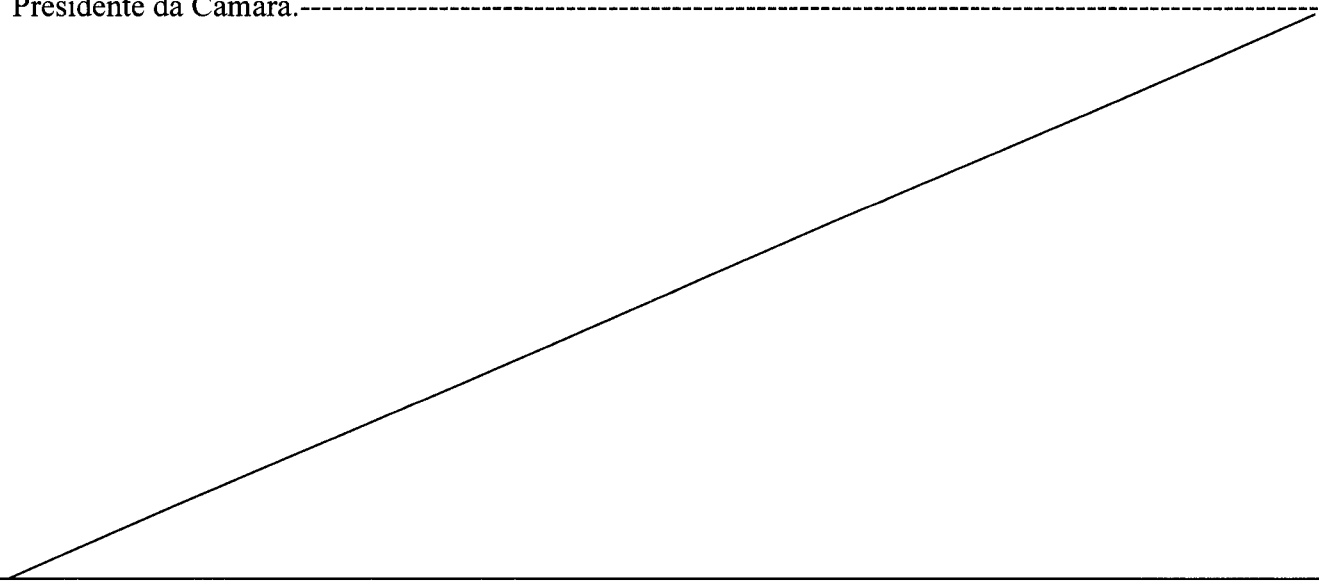


6. APOIO À 71ª VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA: APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO A CELEBRAR COM A SOCIEDADE PAD – PRODUÇÕES DE ACTIVIDADES DESPORTIVAS, S.A: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

Presente a minuta do contrato a celebrar com a sociedade PAD – Produção de Actividades Desportivas, S.A., tendo por objecto o apoio pelo município de Santo Tirso à realização de uma chegada da 71ª Volta a Portugal em Bicicleta, em 2009, anexa à informação da Directora do Departamento Administrativo, registada com o número onze mil duzentos e sessenta e seis, que aqui se dá por inteiramente transcrita para todos os efeitos legais.-----

O Senhor Presidente submeteu à ratificação da Câmara Municipal o seu despacho de cinco do corrente mês de Agosto, proferido ao abrigo da competência excepcional prevista no número 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que aprovou aquela minuta.-----

A Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea b) do nº 4 do artº 64º da mesma Lei, deliberou, com sete votos a favor, apoiar a 71ª Volta a Portugal em Bicicleta, no ano de 2009, com a realização de uma chegada da Volta na cidade e concelho de Santo Tirso, nos precisos termos que constam da aludida minuta do contrato, e ratificar o referido despacho do Presidente da Câmara.-----





7. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 3.304,00 M² SITA NO LUGAR DA ERMIDA, SANTA CRISTINA DO COUTO DESTINADA À EXECUÇÃO DA OBRA INFRA-ESTRUTURAÇÃO VIÁRIA E QUALIFICAÇÃO DA ZONA INDUSTRIAL DA ERMIDA: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CEDÊNCIA-----

Presente informação de quatro do corrente mês de Agosto, da Divisão Jurídica e do Contencioso, a comunicar o resultado das negociações desenvolvidas com os proprietários de uma parcela de terreno com a área de 3.304 m² (três mil trezentos e quatro metros quadrados) necessária à execução da obra denominada Infra-estruturação viária e qualificação da zona industrial da Ermida.

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Do Plano Plurianual de Investimentos para o ano em curso consta o projecto “Infra-Estruturação Viária e Qualificação da Zona Industrial da Ermida”(objectivo 3.2; projecto 01 2009 51), para a qual é necessária a parcela de terreno abaixo identificada;-----

Os proprietários da parcela de terreno identificada com a letra A na respectiva planta cadastral, Mário das Neves Corticeiro e mulher Elsa de Oliveira Carneiro Gonçalo Neves, aceitaram ceder a mesma gratuitamente ao município, na seguinte condição:-----

a) Consideração da área cedida em futuras operações urbanísticas a realizar no prédio do qual a referida parcela de terreno será desanexada;-----

A condição de cedência é aceitável;-----

Face ao exposto, proponho que a câmara delibere aceitar a cedência ao domínio público do município da parcela de terreno a seguir identificada, delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha:-----

Parcela de terreno com a área de 3.304 m² (três mil trezentos e quatro metros quadrados), sita no lugar da Ermida, freguesia de Santa Cristina do Couto, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com José Carneiro Freitas e Manuel Antunes Ferreira, de Sul com Avenida Luís Areal de

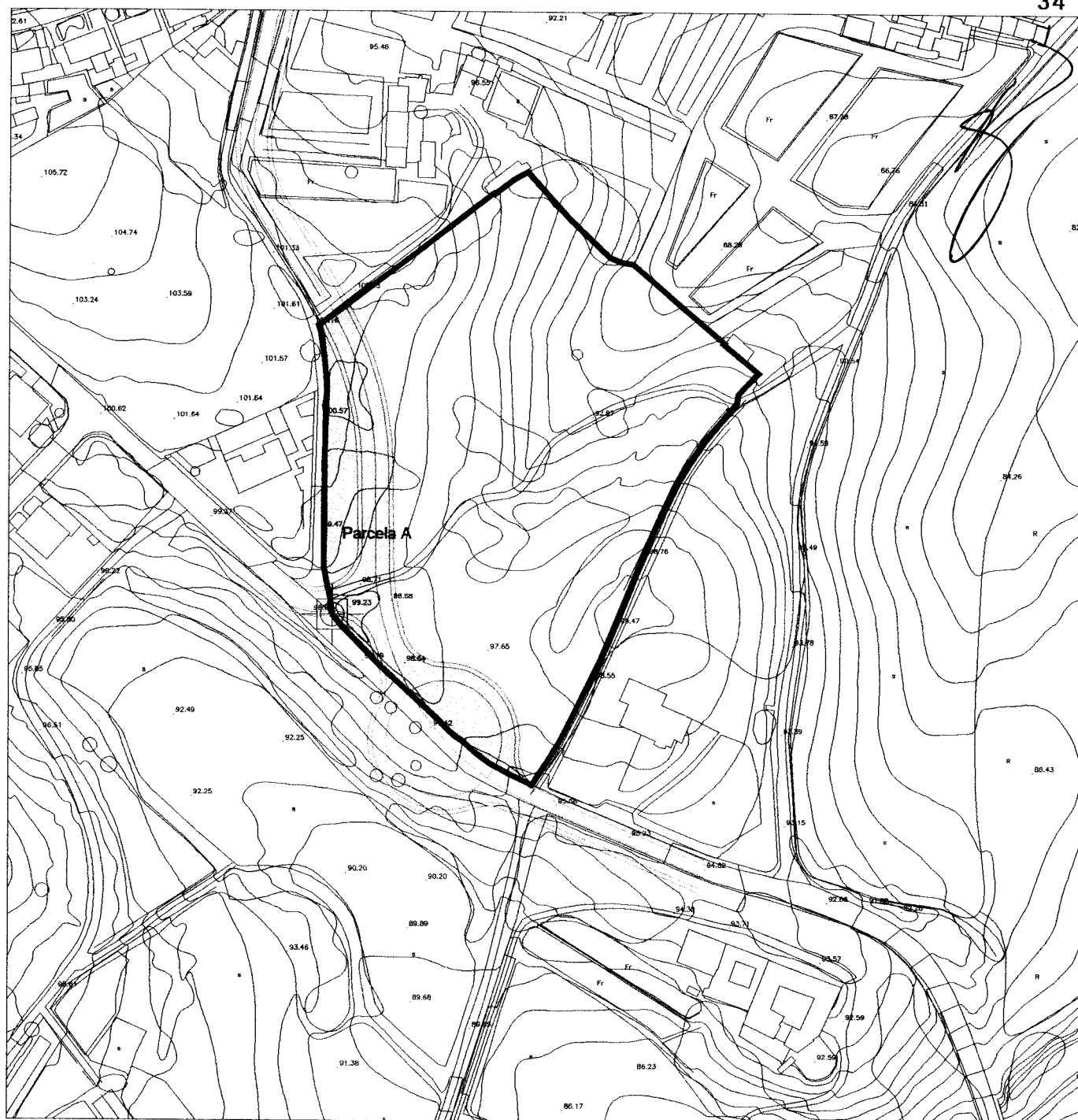


A large, stylized handwritten signature in black ink, located in the top right corner of the page.


Nascente com caminho e do Poente com Travessa das Escolas e José Carneiro Freitas, a desanexar do prédio rústico sito no referido lugar da Ermida, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 436/19910131 (quatro três seis / um nove nove um zero um três um) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 89 (oitenta e nove), a que se atribui o valor de 132 160,00 € (cento e trinta e dois mil cento e sessenta euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----

A large diagonal line drawn across the lower half of the page, from the bottom left corner towards the top right, likely indicating a signature or approval mark.



 Parcela A - 3304,00m²

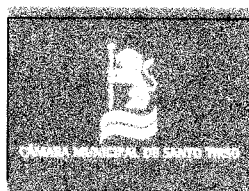
 Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros
X = -29980.51 Y = 184466.42


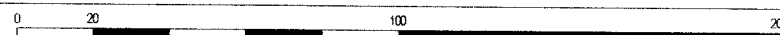
Proprietário
Mário das Neves Corticeiro

Prédio original
18.138,00m²

Confrontações

Norte	-	-	-	-	-	José Carneiro Freitas e Manuel Antunes Ferreira
Sul	-	-	-	-	-	Avenida Luis Areal
Nascente	-	-	-	-	-	Caminho
Poente	-	-	-	-	-	Travessa das Escolas e José Carneiro Freitas



Departamento de Planeamento e Habitação Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica	
Infraestrutura viária e qualificação da Zona Industrial da Ermida PPI51/2009	
Planta Cadastral	1.A resenha n.º
	
Esc. 1/2000	Julho 2009



8. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 6.026,63 M², SITA NO LUGAR DE MONTE SIÃO OU IGREJA NA FREGUESIA DE S. MIGUEL DO COUTO DESTINADA A OBRAS DE BENEFICIAÇÃO DO REFERIDO LUGAR DE MONTE SIÃO: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CEDÊNCIA-----

Presente informação de quatro do corrente mês de Agosto, da Divisão Jurídica e do Contencioso, a comunicar o resultado das negociações desenvolvidas com os proprietários de uma parcela de terreno com a área de 6.026,63 m² (seis mil e vinte e seis vírgula sessenta e três metros quadrados), em parte da qual se encontram implantados dois reservatórios de abastecimento de água, propriedade do município, actualmente explorados pela sociedade Águas do Cávado S.A., conforme informações dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento de Santo Tirso, de vinte e nove de Novembro de mil novecentos e noventa e cinco e sete de Abril de mil novecentos e noventa e sete;-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A construção dos referidos reservatórios resultou de uma mera tolerância do proprietário do prédio, já que a operação de loteamento então prevista não chegou a concretizar-se;-----

Os reservatórios, propriedade do município, estão actualmente a ser explorados pela sociedade Águas do Cávado S.A., no âmbito da concessão do Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água à área Norte do Grande Porto, sendo necessário formalizar a cedência ao domínio público do município do terreno onde os mesmos estão implantados;-----

Nesta oportunidade, o proprietário do terreno disponibilizou-se a ceder uma área de terreno maior do que a estritamente necessária para a implantação daqueles reservatórios e acesso aos mesmos, na condição de a área cedida ser considerada em futuras operações urbanísticas a realizar no prédio do qual a parcela de terreno será desanexada;-----

Entende-se de aceitar a cedência da área de terreno em causa, na referida condição;-----

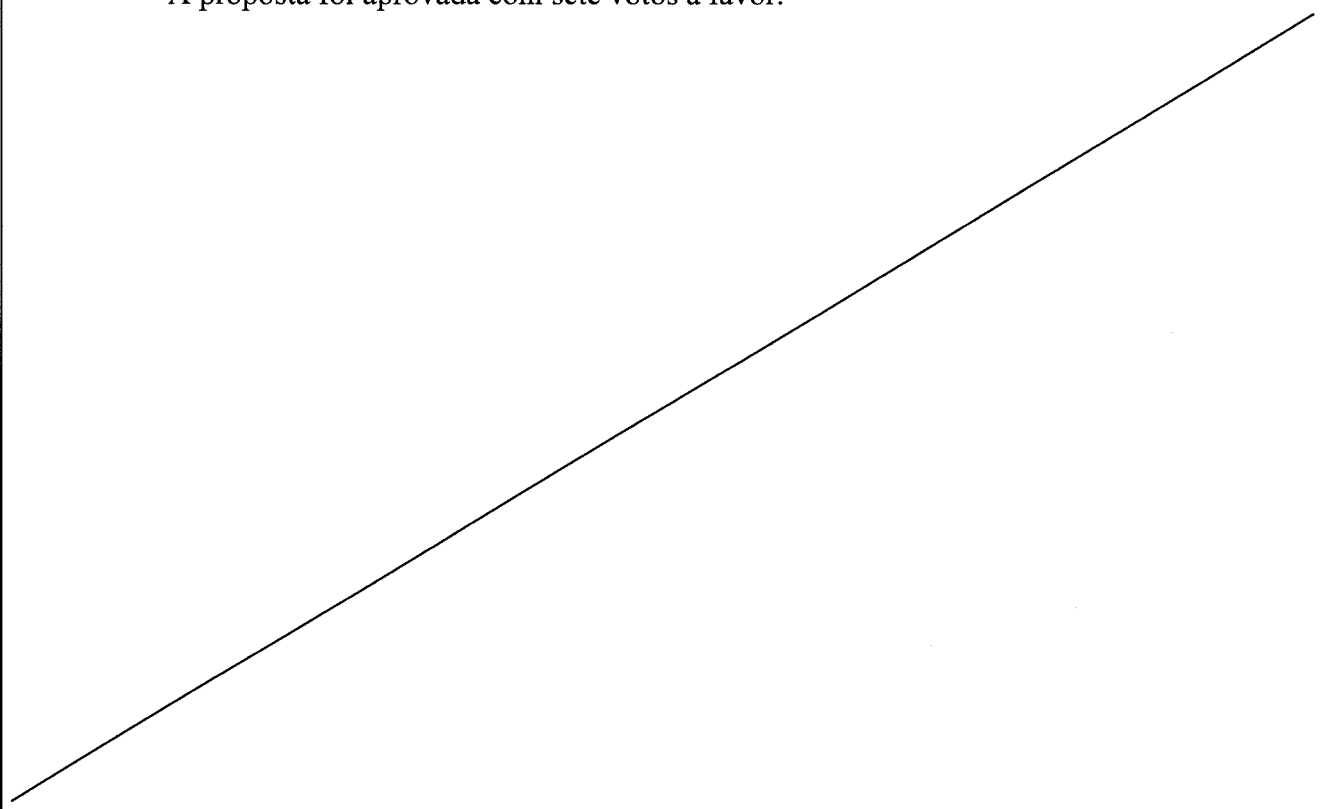


Handwritten signature and initials in the top right corner.

Face ao exposto, proponho que a câmara delibere aceitar a cedência ao domínio público do município da parcela de terreno a seguir identificada, delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha:-----

Parcela de terreno com a área de 6.026.63 m² (seis mil e vinte e seis vírgula sessenta e três metros quadrados), sita no lugar de Monte Sião ou Igreja, freguesia de S. Miguel do Couto, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com o proprietário (parte sobrance do prédio), de Sul com Estrada Nacional 319, de Nascente com o proprietário (parte sobrance do prédio) e Fernando Mendes e do Poente com proprietário (parte sobrance do prédio) e Caminho Público, a desanexar de um prédio rústico sito no referido lugar de Monte Sião ou da Igreja, sendo ainda desconhecidas a respectiva descrição na Conservatória do Registo Predial e inscrição na matriz predial, a que se atribui o valor de 127.516,00 € (cento e vinte e sete mil quinhentos e dezasseis euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





Parcela Identificada - área 6026.63 m2

Proprietário

Engº Eurico Silva Teixeira de Melo

A



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

x -27184,74 ; y 185054,74

Confrontações

Norte Próprio

Sul..... Estrada Nacional 319

Nascente..... Próprio e Fernando Mendes

Poente..... Próprio e Caminho Público



Departamento de Planeamento e Habitação
Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica

Aquisição de parcela de terreno

Planta Cadastral

0 10 50 100 (m)

1.0
Desenho n.º

Esc. 1/1000, Julho 2005



9. AQUISIÇÃO PELA VIA DO DIREITO PRIVADO DE UMA PARCELA DE TERRENO COM A ÁREA DE 739,53 M² SITA NO LIGAR DE AREAL, FREGUESIA DE S. MIGUEL DO COUTO DESTINADA A OBRAS DE URBANIZAÇÃO PARA BENEFICIAÇÃO DO REFERIDO LUGAR: ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA CEDÊNCIA.-----

Presente informação de cinco do corrente mês de Agosto, da Divisão Jurídica e do Contencioso, a comunicar que Amarino Carneiro Barros propôs ceder ao domínio público do município uma parcela de terreno com a área de 739,53 m² (setecentos e trinta e nove vírgula cinquenta e três metros quadrados), sita no lugar do Areal, freguesia de S. Miguel do Couto, deste concelho;-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

A parcela de terreno em causa tem utilidade para o município, nomeadamente para execução de obras de urbanização no referido lugar do Areal;-----

O proprietário do mesmo propôs que a cedência se efectuasse nas seguintes condições:---

a) Consideração da área cedida em futuras operações urbanísticas a realizar no prédio do qual a referida parcela de terreno será desanexada;-----

b) Construção pela Câmara Municipal de um muro de vedação em blocos de 20 cm, com um metro e vinte centímetros de altura, rebocado e pintado, na área da cedência;-----

As condições de cedência são aceitáveis, atendendo à área do terreno a adquirir pelo município, a que se atribui o valor de 22.995,00 € (vinte e dois mil novecentos e noventa e cinco euros), substancialmente superior ao custo de execução do referido muro;-----

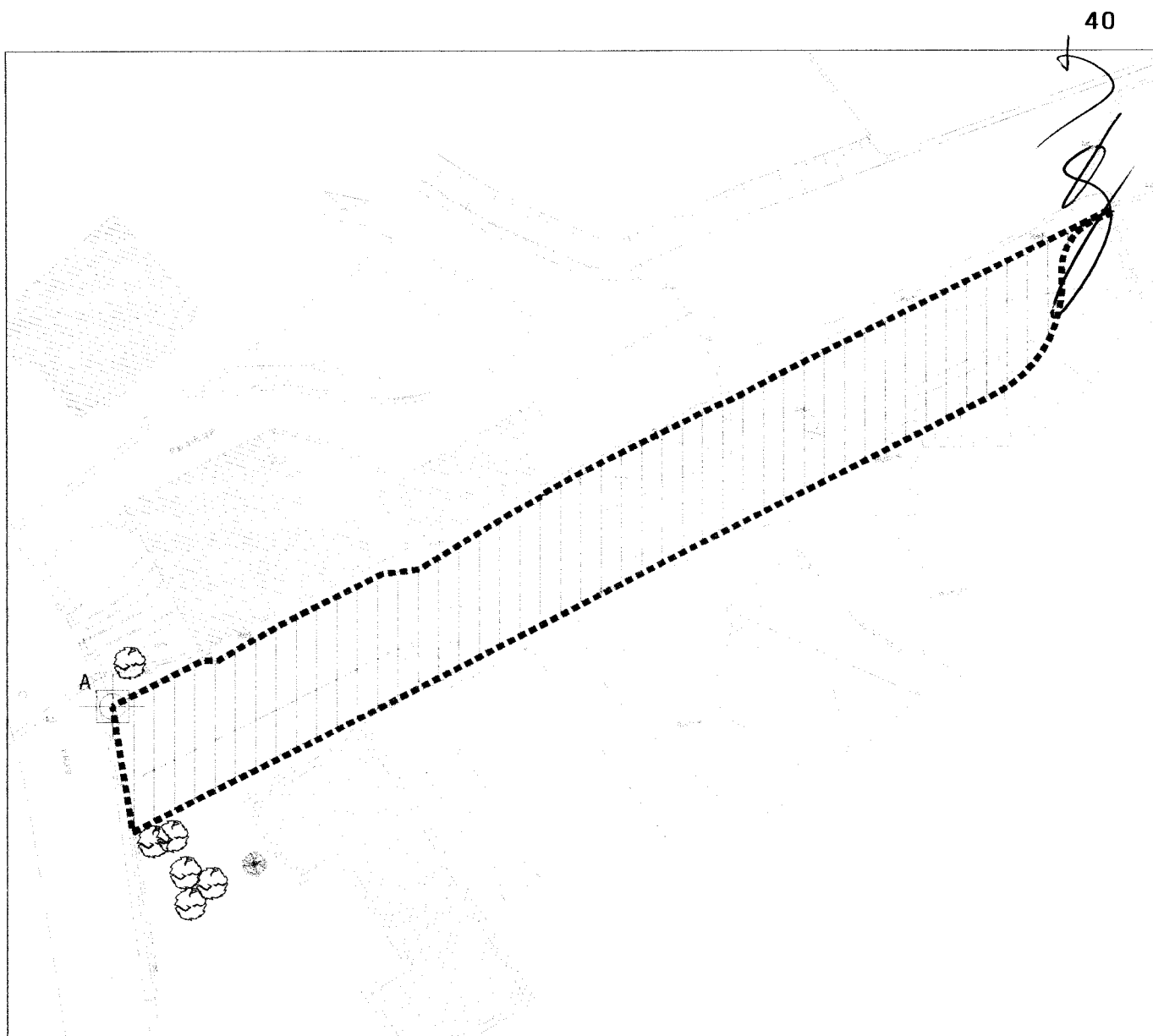
Face ao exposto, proponho que a câmara delibere aceitar a cedência ao domínio público do município da parcela de terreno a seguir identificada, delimitada na planta que se anexa à presente acta e dela fica a fazer parte integrante constituindo a subsequente folha:-----

Parcela de terreno com a área de 739,53 m² (setecentos e trinta e nove vírgula cinquenta e



três metros quadrados), sita no lugar de Areal, freguesia de S Miguel do Couto, concelho de Santo Tirso, a confrontar de Norte com a Rua do Ringe e Manuel Mirra, de Sul com o proprietário (parte sobrance do prédio) e José Oliveira Martins, de Nascente com Herdeiros de Francisco Garrett e do Poente com Estrada Nacional 319 e José Oliveira Martins, a desanexar do prédio rústico sito no referido lugar do Areal, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob o número 7/19850108 (sete / um nove oito cinco zero um zero oito) e inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 102 (cento e dois).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



 Parcela Identificada - área 739.53 m²

Proprietário

Sr. Amarino Carneiro Barros



Coordenada Rectangular - Origem Datum 73 - valores expressos em metros

x -27651,82 ; y 18500,91

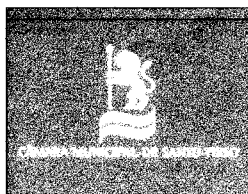
Confrontações


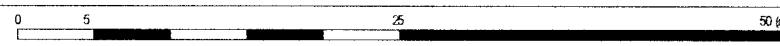
Norte Rua do Ringue e Manuel Mira

Sul Próprio e José Oliveira Martins

Nascente Herdeiros de Francisco Garrett

Poente Estrada Nacional 319 e José Oliveira Martins



Departamento de Planeamento e Habitação Divisão de Ordenamento do Território e Informação Geográfica	
Aquisição de parcela de terreno	 1.0 Desenho n.º
Planta Cadastral	
	
Esc. 1/500	Julho 2009



10. OUTROS SUBSÍDIOS.-----

A) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ANUAL A RANCHOS FOLCLÓRICOS E ASSOCIAÇÕES CULTURAIS-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a importância do trabalho que as Associações Culturais e os Ranchos Folclóricos desenvolvem no concelho e considerando que estas associações se têm mostrado sempre disponíveis para colaborar nas iniciativas promovidas pela Câmara Municipal, parceria que se tem traduzido na realização de algumas actividades culturais de inegável valor;-----

Considerando a competência prevista nas alíneas a) e b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara Municipal delibere atribuir a cada uma das associações abaixo identificadas um subsídio anual para ajudar a custear as despesas com as actividades previstas no seu Plano de Actividades, sendo de 500,00 € (quinhentos euros) a cada uma das Associações com excepção do Grupo Coral e Escola de Música de Vila das Aves e Associação de Coleccionismo Tirsense, cujo subsídio é de 2 500,00 € (dois mil e quinhentos euros) e 375,00 € (trezentos e setenta e cinco euros), respectivamente.-----

Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto-----

Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida- Santa Cristina do Couto-----

Grupo Folclórico da Juventude de S. Julião de Agua Longa-----

Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo-----

Grupo Etnográfico das Aves-----

Rancho Folclórico S. Tiago de Rebordões-----

Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova -----

Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz-----

Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga-----

Associação Recreativa do Areal-----

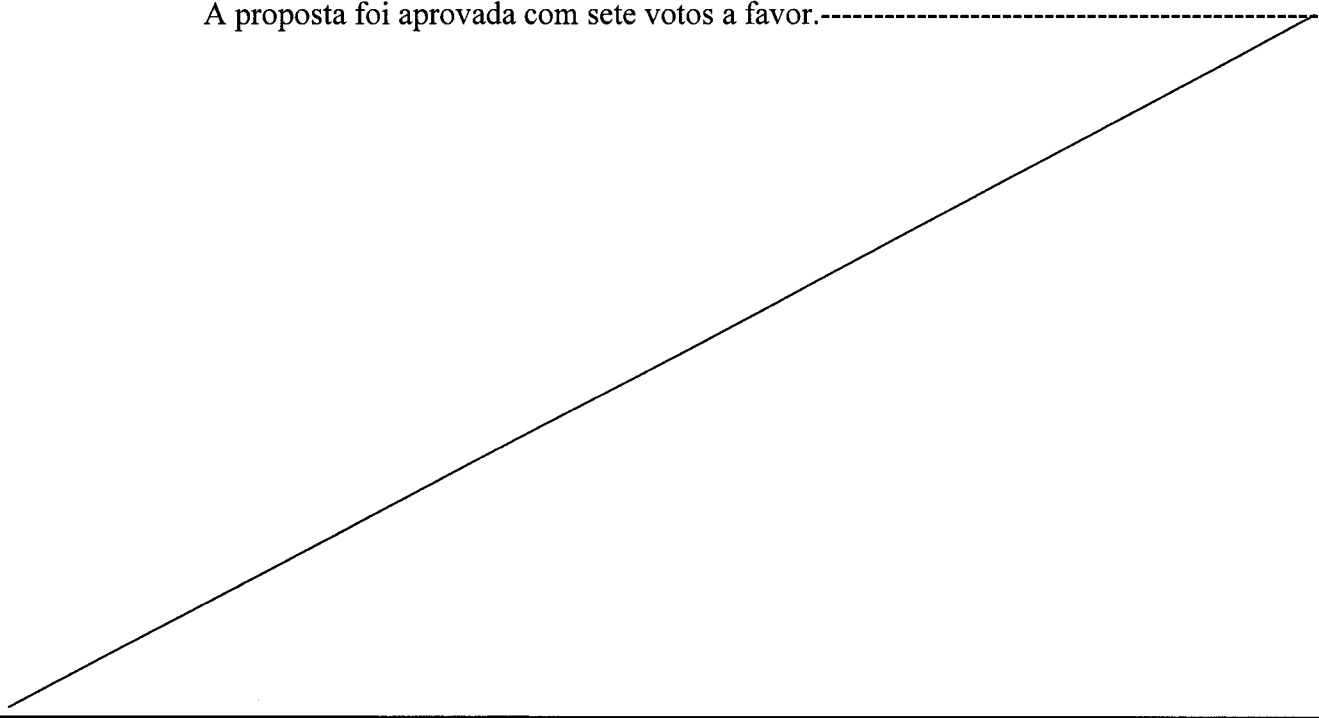


Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz-----
Rancho Santo André (Vila das Aves)-----
Grupo Folclórico Santo André (Vila das Aves)-----
Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho-----
Grupo Etnográfico de São Paio de Guimarei-----
Rancho Folclórico S. Mamede de Negrelos-----
Grupo Folclórico de Santa Eulália de Lamelas-----
Associação Tuna Musical de Rebordões-----
Grupo Coral e Escola de Música de Vila das Aves -----
Escola de Música de S. Martinho do Campo-----
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Cabanas-----
Associação de Coleccionismo Tirsense-----
Casa do Povo Rio Vizela – S. Tomé de Negrelos-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





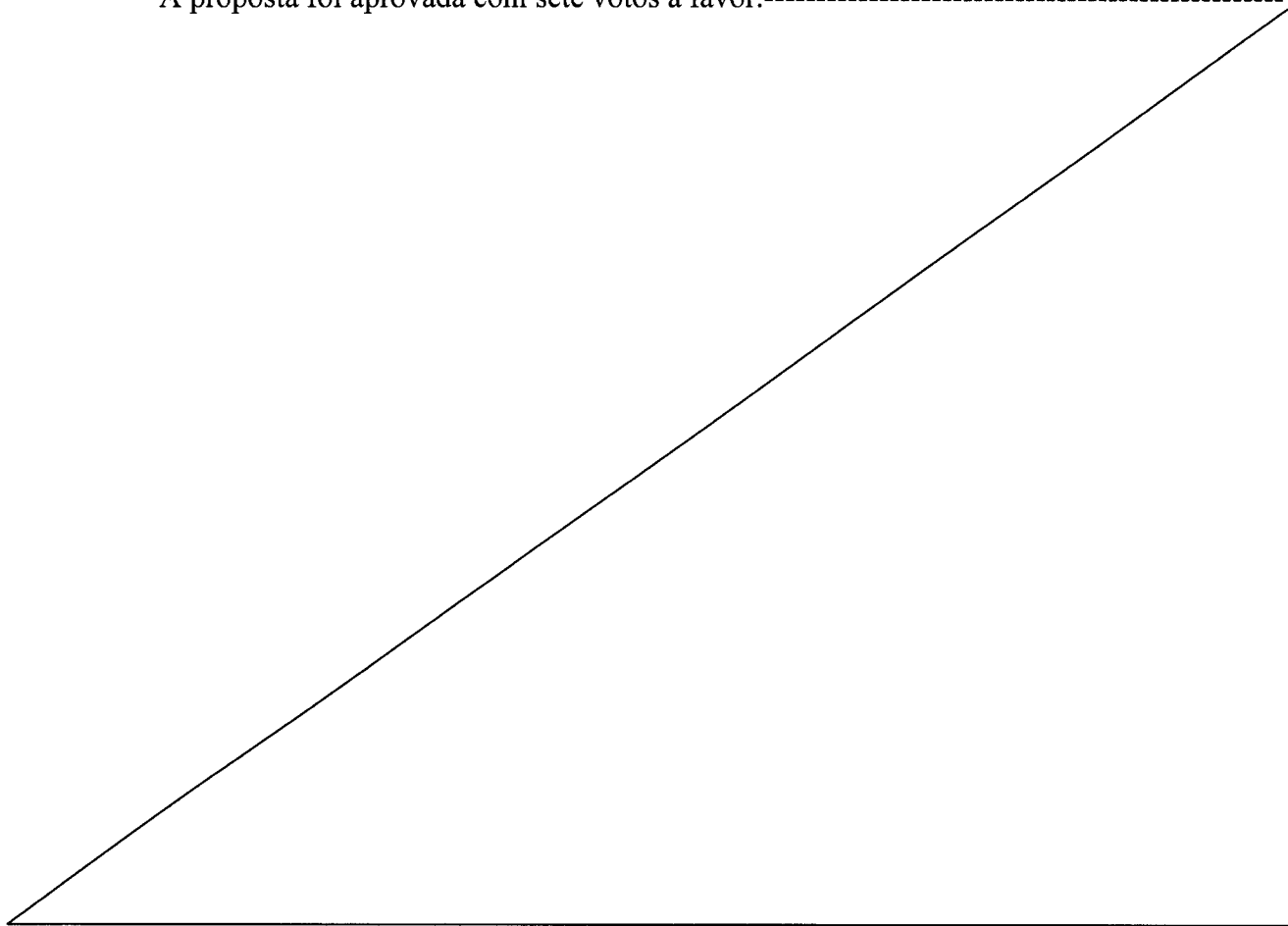
Handwritten signature and initials.

**10. B) AO CLUBE DE CICLOTURISMO DE SANTO TIRSO – XXIII CIRCUITO
CICLOTURISTA AO CONCELHO DE SANTO TIRSO.**-----

Presente ofício de vinte e sete de Maio último, do Clube de Ciclismo de Santo Tirso, registado com o número sete mil trezentos e oitenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização da 23ª edição do Circuito Cicloturista ao Concelho de Santo Tirso, que teve lugar no passado dia doze de Julho, integrado no programa das Festas de S. Bento.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir ao Clube de Ciclismo de Santo Tirso um subsídio no montante de 1.500 € (mil e quinhentos euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. C) À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DA GUIA – AGRELA.-----

Presente ofício de trinta de Janeiro último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número mil setecentos e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora da Guia, que terão lugar na freguesia de Agrela, nos próximos dias quinze e dezasseis de Agosto.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora da Guia, Agrela, representada por Gumesindo Ferreira Moreira.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



10. D) À COMISSÃO DE FESTAS DE SANTO ANDRÉ DE SOBRADO, FREGUESIA DE VILA DAS AVES (2008)-----

Presente ofício de vinte e cinco de Outubro último, da Comissão de Festas acima referida, registado com o número dezassete mil setecentos e quarenta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Santo André, que tiveram lugar no dia trinta de Novembro de 2008.-----

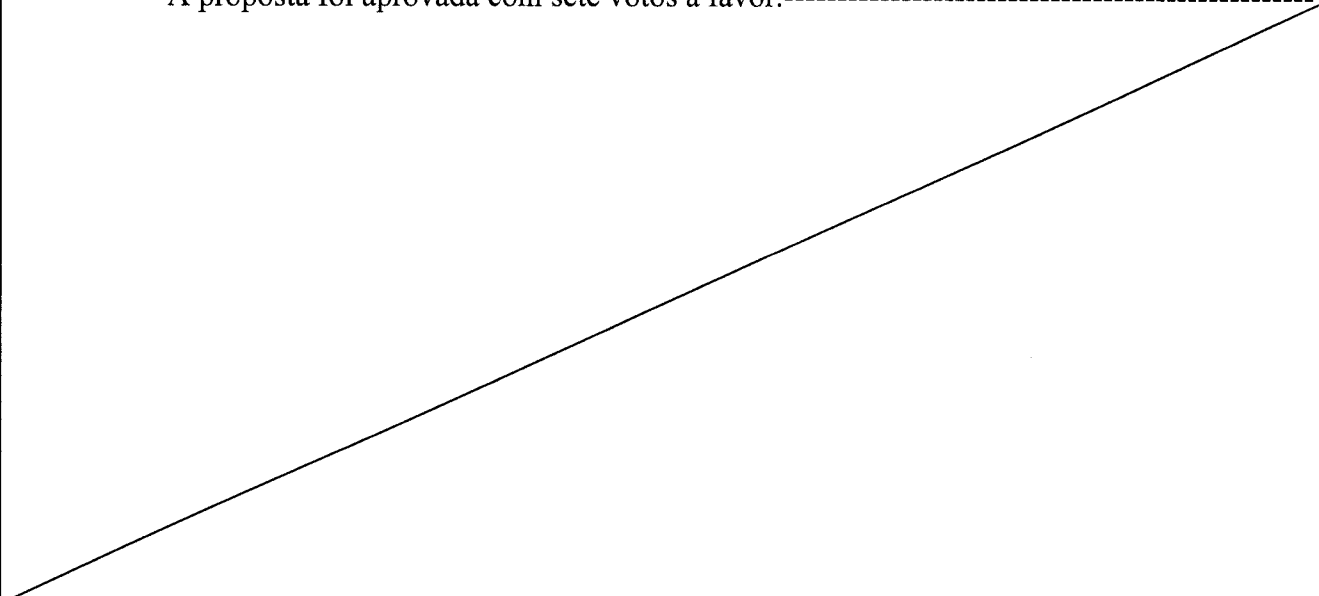
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250,00 € (duzentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Santo André de Sobrado, Vila das Aves, representada por António Leal Aparício.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





J

10. E) À COMISSÃO DE FESTAS DE NOSSA SENHORA DAS DORES, REGUENGA.-----

Presente ofício de vinte e sete de Janeiro último, da Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores, Reguenga, registado com o número mil quinhentos e trinta, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a realização das festas em honra de Nossa Senhora das Dores, que terão lugar nos dias cinco e seis do próximo mês de Setembro.-----

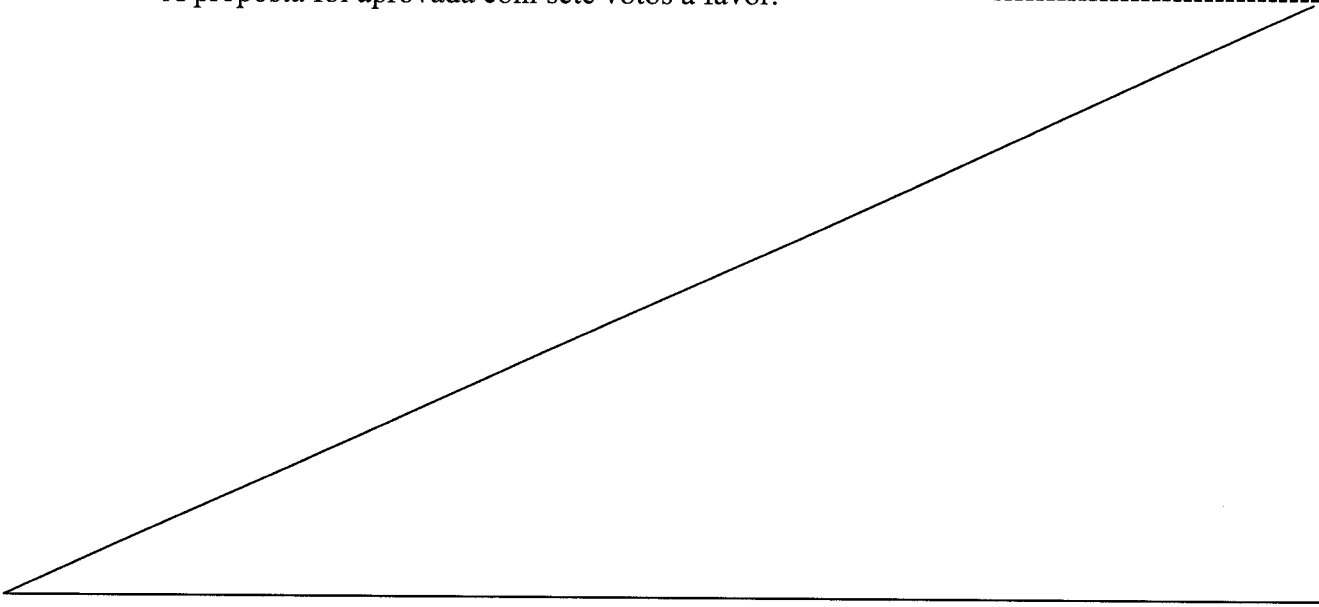
Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 750 € (setecentos e cinquenta euros) à Comissão de Festas de Nossa Senhora das Dores, Reguenga, representada por Paulo Alexandre Mirra Leal, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. F) À COMISSÃO DE FESTAS DE S. JOÃO DAS FONTAÍNHAS – VILA DAS AVES.-----

Presente officio de dez de Março último, da Comissão de Festas em honra de S. João das Fontaíñas, Vila das Aves, registado com o número quatro mil cento e vinte e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as tradicionais festas de S. João das Fontaíñas, que se realizaram naquela freguesia nos dias dezanove a vinte e quatro de Junho último.

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando que a sua realização só é possível devido ao trabalho voluntarioso de comissões que especialmente se constituem para esse efeito;-----

Considerando o disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 6 000,00 € (seis mil euros) à Comissão de Festas de S. João das Fontaíñas – Vila das Aves, representada por Avelino Teixeira Ferreira e Paulo Alexandre Machado Pinheiro, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. G) AO CORPO NACIONAL DE ESCUTAS – AGRUPAMENTO 387 DA PAROQUIA DA PALMEIRA: FESTAS EM HONRA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO – PALMEIRA: SUBSIDIO.-----

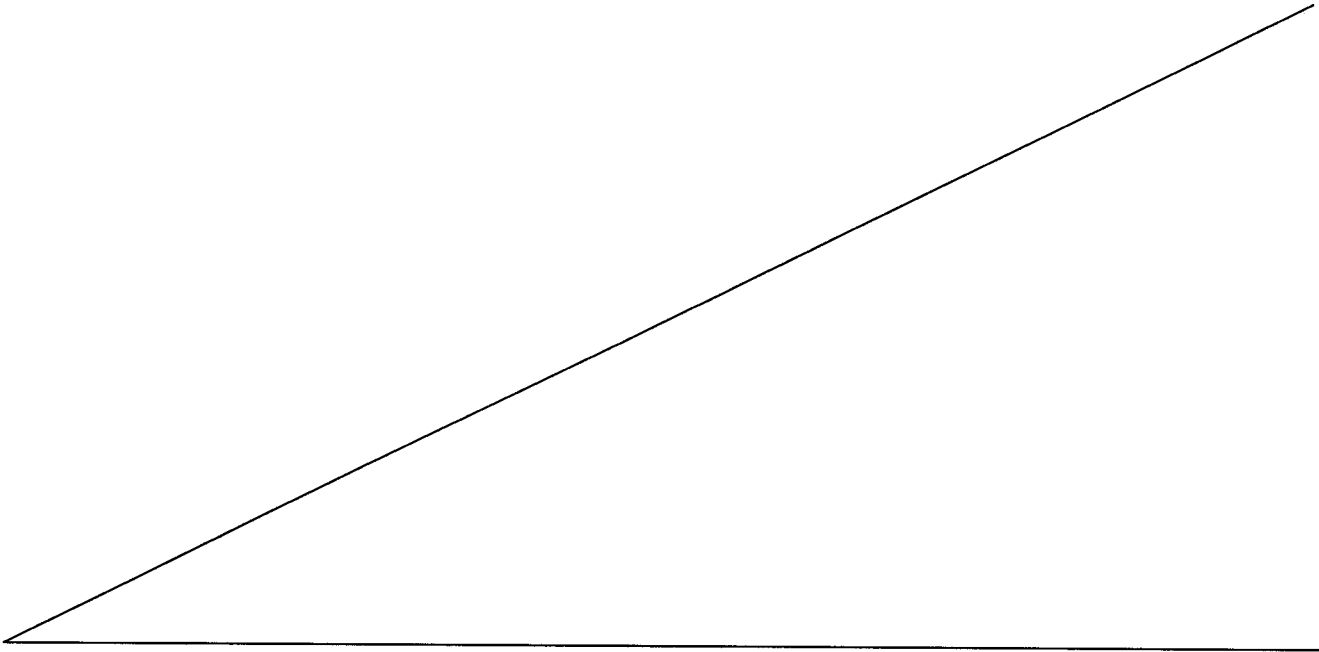
Presente ofício do Agrupamento de Escuteiros acima referido, registado com o número sete mil e seis, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as festas em honra de Nossa Senhora do Rosário, organizadas pelo referido Agrupamento de Escuteiros, tiveram lugar nos dias um e dois do corrente mês de Agosto.-----

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando que as festas e as romarias são uma tradição cultural que merece ser apoiada;-----

Considerando o disposto na alínea b) do n.º 4 do art.º 64.º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho a atribuição de um subsídio no montante de 250 € (duzentos e cinquenta euros) ao Agrupamento de Escuteiros n.º 387 da Paróquia da Palmeira, para ajudar a custear as despesas com as referidas festas.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





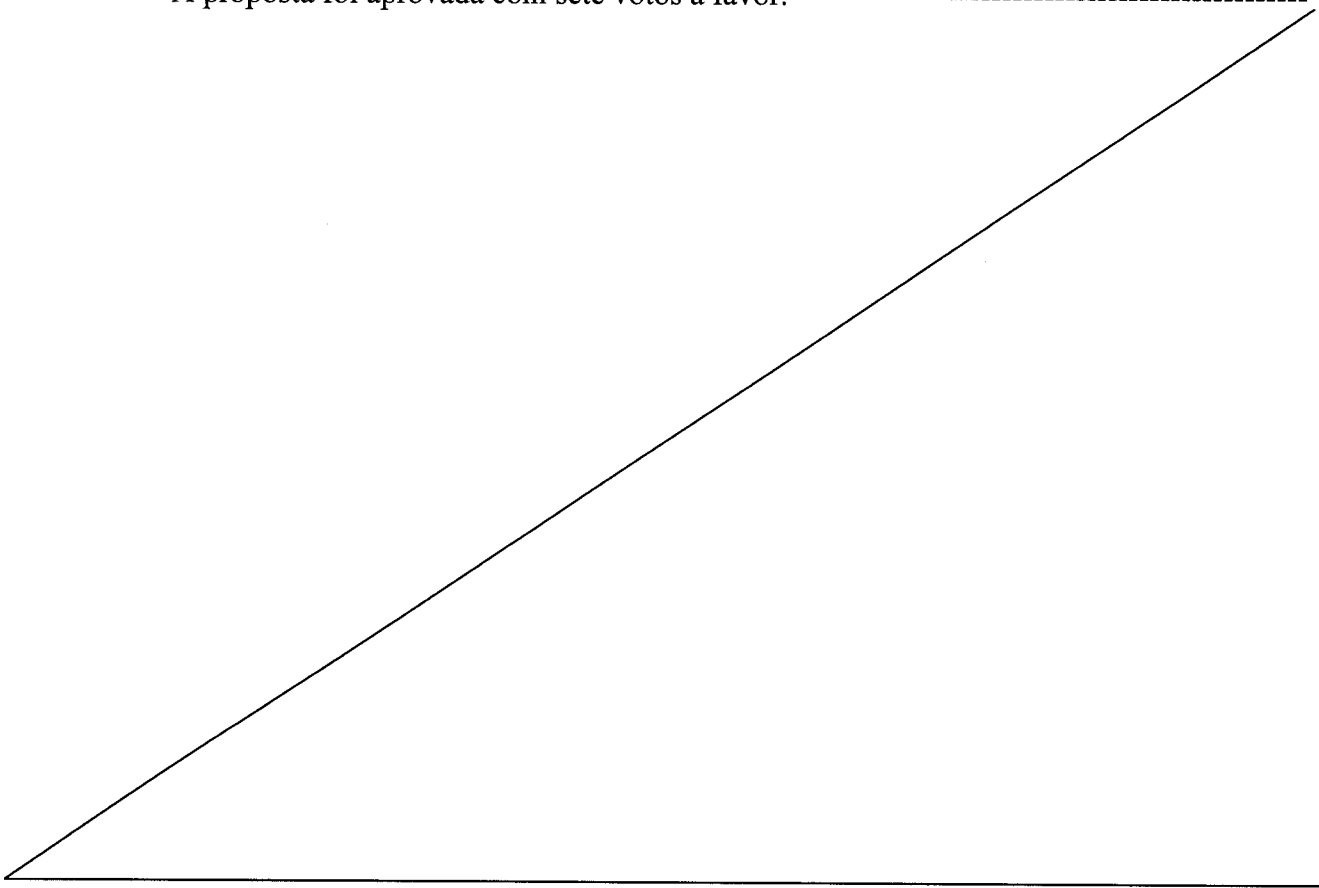
[Handwritten signature]

10. H) À JUNTA DE FREGUESIA DE REFOJOS: COBERTURA DO POLIVALENTE DO PARQUE DESPORTIVO - 2ª FASE-----

Presente ofício de vinte e oito de Julho findo, da Junta de Freguesia de Refojos, registado com o número onze mil duzentos e trinta e cinco, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a cobertura do Polivalente do Parque Desportivo (2ª fase), cujo orçamento é de 8.640,00 € (oito mil seiscientos e quarenta euros), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Refojos um subsídio no montante de 8.640,00 € (oito mil seiscientos e quarenta euros), para a obra acima referida, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. I) À JUNTA DE FREGUESIA DA REGUENGA: RECTIFICAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA 25 DE ABRIL: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício da Junta de Freguesia da Reguenga, de vinte e seis de Março último, registado com o número cinco mil quatrocentos e noventa e oito, a solicitar a atribuição de um subsidio para custear trabalhos a mais executados na obra acima referida, em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de vinte e nove de Março de dois mil e seis (item 7.E) da respectiva acta).-----

A Divisão de Vias, informou, em trinta e um de Julho findo, que no decurso da obra acima identificada foram executados trabalhos a mais que se mostraram indispensáveis para o bom acabamento da obra, no montante de 1.790,00 € (mil setecentos e noventa euros), com IVA incluído.-

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia da Reguenga um subsídio no montante de 1.790,00 € (mil setecentos e noventa euros), para execução da obra acima referida, em reforço do subsídio anteriormente atribuído. -----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





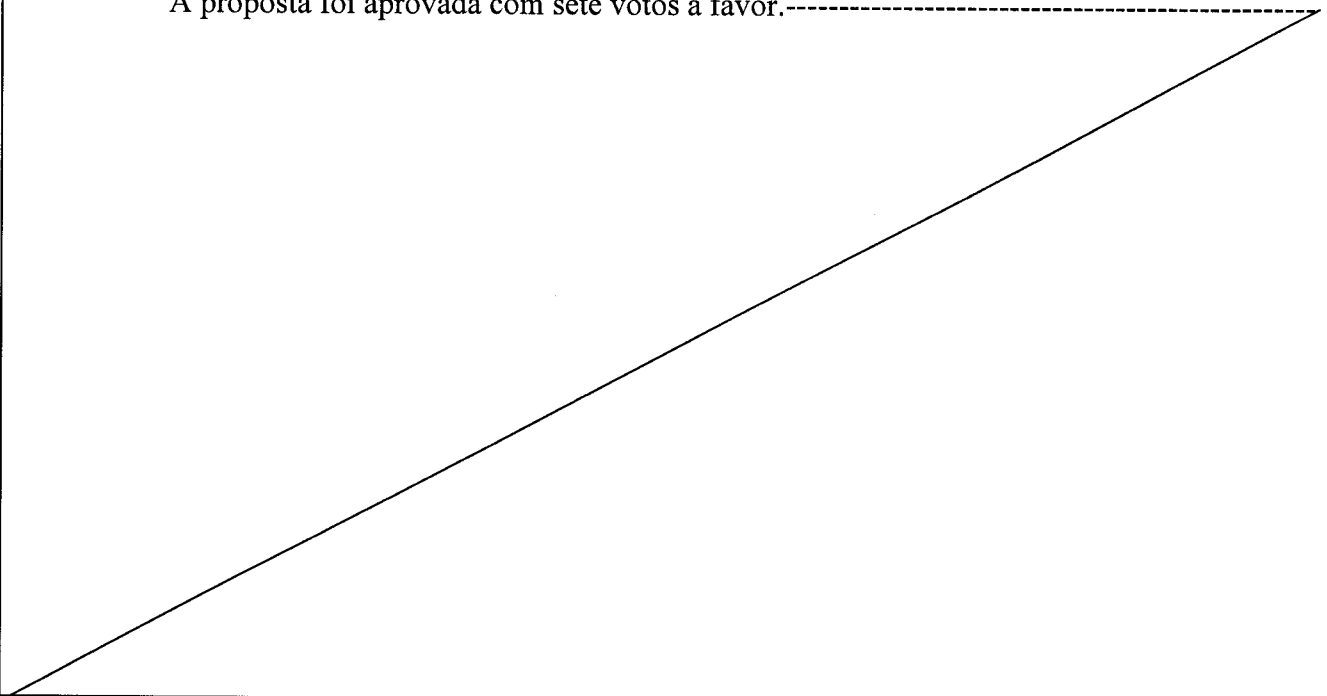
**10. J) À JUNTA DE FREGUESIA DE REBORDÕES: PAVIMENTAÇÃO DE
ARRUAMENTO JUNTO À ESCOLA DE QUINTÃO 1: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----**

Presente ofício da Junta de Freguesia de Rebordões, de vinte e seis de Junho último, registado com o número oito mil seiscentos e oitenta e três, a solicitar a atribuição de um subsidio para custear trabalhos a mais executados na obra acima referida, em reforço do subsidio atribuído por deliberação camarária de onze de Março último (item 13.L) da respectiva acta).-----

A Divisão de Vias, informou, em oito de Julho findo, que no decurso da obra acima identificada foram executados trabalhos a mais que se mostraram indispensáveis para o bom acabamento da obra, no montante de 1.223,82 € (mil duzentos e vinte e três euros e oitenta e dois cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Rebordões um subsídio no montante de 1.223,82 € (mil duzentos e vinte e três euros e oitenta e dois cêntimos), para execução da obra acima referida, em reforço do subsidio anteriormente atribuído. ----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





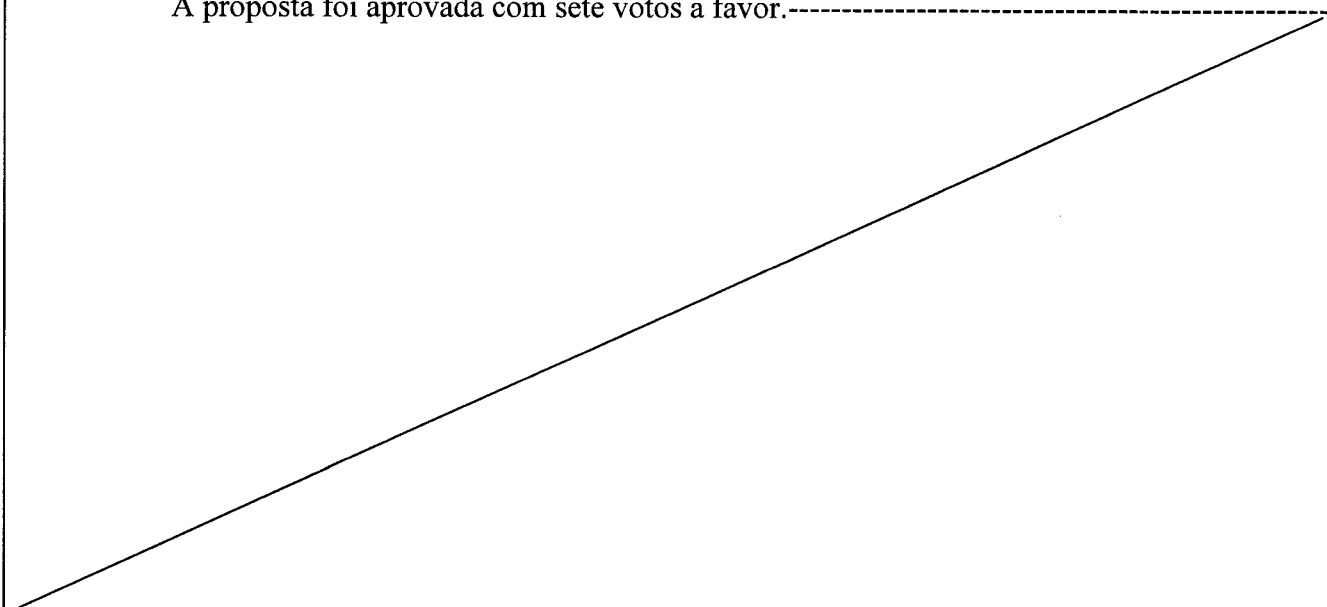
10. K) À JUNTA DE FREGUESIA DE COUTO (S. MIGUEL): PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSA DE CURROS: REFORÇO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de vinte e três de Julho findo, da Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel), registado com o número dez mil seiscientos e cinquenta e quatro, a solicitar a atribuição de um subsidio em reforço do deliberado em reuniões camarárias de vinte e três de Dezembro último (item 9.J) da respectiva acta) e oito de Abril último (item 15.H) da respectiva acta).-----

A Divisão de Vias informa, em trinta e um de Julho findo, que durante o desenvolvimento da obra verificou-se que seria indispensável a execução de trabalhos não inicialmente previstos, mas essenciais ao bom acabamento da mesma, melhor descritos naquela informação, o que implicou um acréscimo do custo dos trabalhos no montante de 15.156,28 € (quinze mil cento e cinquenta e seis euros e vinte e oito cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Couto (S. Miguel) um subsidio no montante de 15.156,28 € (quinze mil cento e cinquenta e seis euros e vinte e oito cêntimos), em reforço do subsidio anteriormente atribuído, para custear as despesas com os trabalhos a mais executados na obra acima referida.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





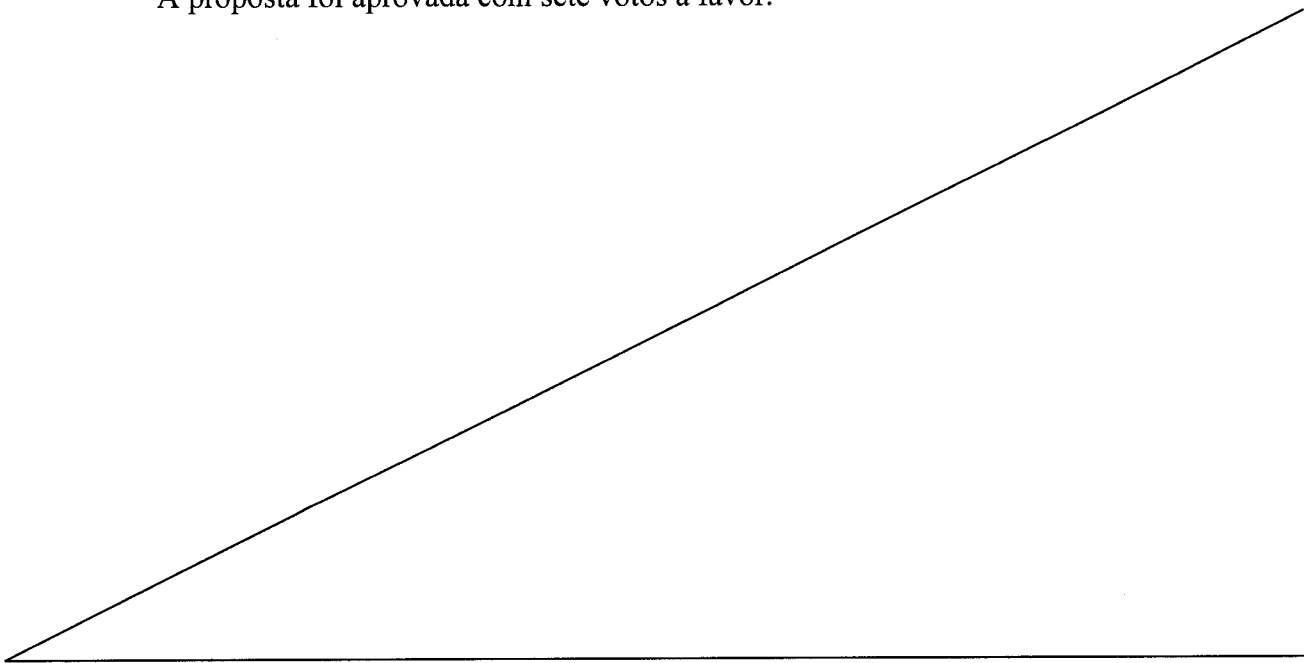
**10. L) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. SALVADOR DO CAMPO:
PAVIMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DE INFRA-ESTRUTURAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS
RESIDUAIS / PLUVIAIS E ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA TRAVESSA DA DEVESA.----**

Presente E-mail de dezanove de Maio último, da Junta de Freguesia de S. Salvador do Campo, registado com o número sete mil quinhentos e trinta, a solicitar a atribuição de um subsídio para custear as despesas com a obra acima referida.-----

A Divisão de Vias informa, em cinco de Junho último, que existe projecto realizado por aquela divisão para a empreitada em causa, cuja estimativa orçamental é de 98.592,27 € (noventa e oito mil quinhentos e noventa e dois euros e vinte e sete cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Salvador do Campo um subsídio no montante 98.592,27 € (noventa e oito mil quinhentos e noventa e dois euros e vinte e sete cêntimos) para custear as despesas com a obra acima identificada, a executar de harmonia com o projecto elaborado pela Divisão de Vias, e a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. M) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TIAGO DA CARREIRA: PINTURA DAS PAREDES EXTERIORES E MUROS DE VEDAÇÃO DO EDIFÍCIO SEDE DA JUNTA.-----

Presente ofício de dez de Julho findo, da Junta de Freguesia de S. Tiago da Carreira, registado com o número dez mil setecentos e sessenta e quatro, a solicitar, na sequência das obras em curso no edifício sede da junta de freguesia, subsidiadas por deliberação camarária de vinte e três de Dezembro último (item 9. D da respectiva acta) um subsidio para custear as despesas com a pintura do edifício e muros de vedação.-----

A Divisão de Edifícios informa, em cinco do corrente mês de Agosto, que é conveniente, aproveitando a intervenção a decorrer no local proceder-se à pintura de todas as fachadas do edifício bem como dos elementos do sistema de drenagem de águas pluviais e muros de vedação, cuja estimativa orçamental é de 8.475,08 € (oito mil quatrocentos e setenta e cinco euros e oito cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tiago da Carreira 8.475,08 € (oito mil quatrocentos e setenta e cinco euros e oito cêntimos) para custear as despesas com a obra acima identificada, e a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



10. N) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DO CEMITÉRIO.-----

Presente ofício de sete do corrente mês de Agosto, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número onze mil quinhentos e noventa e dois, a solicitar a atribuição de um subsídio para a execução de obras de requalificação do cemitério, incluindo a construção de sanitários e arrumos construção de acessos para deficientes e a requalificação da iluminação e dos passeios.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsídio no montante de 45.759,41 € (quarenta e cinco mil setecentos e cinquenta e nove euros e quarenta e um cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a realização de obras de requalificação do cemitério, incluindo a construção de sanitários, a executar de acordo com o projecto elaborado pela Divisão de Estudos e Planeamento desta câmara (processo registado com o número C-520) e a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



10. O) À JUNTA DE FREGUESIA DE LAMELAS: TRABALHOS DE CONSERVAÇÃO DO INTERIOR DO EDIFÍCIO ESCOLAR DE LAMELAS.-----

Presente ofício de vinte e sete de Julho findo, da Junta de Freguesia de Lamelas, registado com o número dez mil seiscientos e dois, a remeter orçamento para obras de manutenção no edifício escolar acima referido.-----

O Director do Departamento de Obras Municipais informa, em dez do corrente mês de Agosto, que se torna urgente efectuar os trabalhos solicitados pela Junta de Freguesia, de modo a resolver os problemas existentes antes do início do novo ano escolar. Mais informa que o valor do orçamento apresentado é razoável atendendo à natureza e volume dos trabalhos a executar.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Lamelas um subsidio no montante 7.088,55 € (sete mil e oitenta e oito euros e cinquenta e cinco centimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a obra acima identificada, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



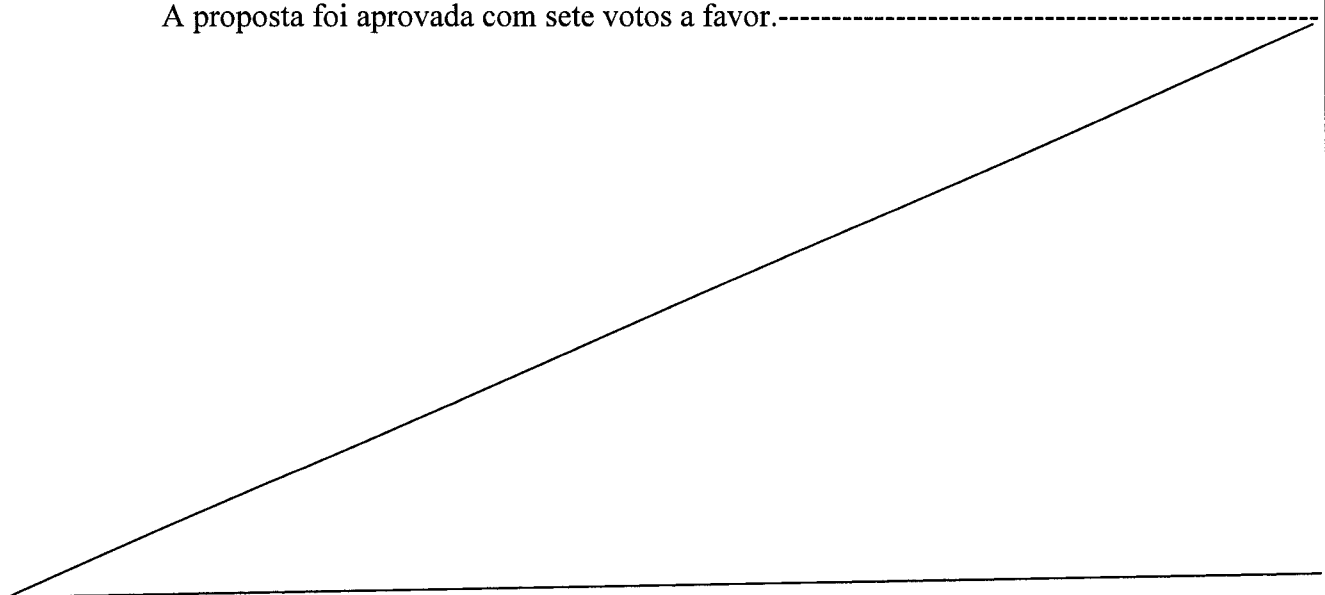
10. P) À JUNTA DE FREGUESIA DE S. TOMÉ DE NEGRELOS: BENEFICIAÇÃO DA RUA DAS ALMINHAS.-----

Presente ofício de vinte e oito de Julho findo, da Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos, registado com o número onze mil seiscientos e noventa e um, a solicitar a atribuição de um subsidio para a execução de obras de beneficiação da rua acima referida nomeadamente, a mudança para outro local de um tanque e fonte pública existente no referido arruamento.-----

A Divisão de Vias informa, em vinte e oito de Julho findo, que a localização do tanque e fonte pública existentes no referido arruamento é impeditiva de uma futura rectificação e pavimentação do arruamento em causa.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de S. Tomé de Negrelos um subsidio no montante de 1.260,00 € (mil duzentos e sessenta euros), com IVA incluído, conforme informação do Director do Departamento de Obras Municipais de cinco do corrente mês de Agosto, para custear as despesas com a realização das obras necessárias à mudança do tanque e fonte pública para outro local, a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



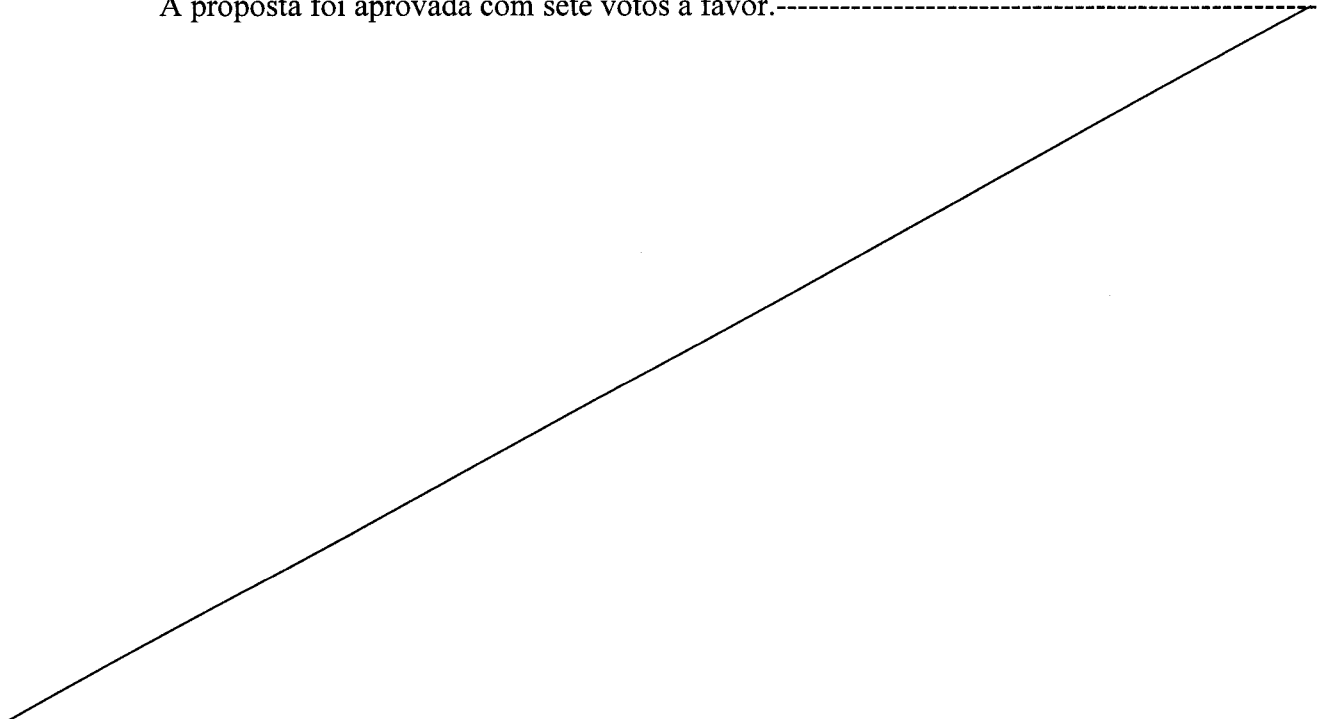


10. Q) À ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DA ESCOLA EB1/JI DE QUINCHÃES – MONTE CÓRDOVA: CONSTRUÇÃO DE PARQUE INFANTIL NA ESCOLA.-----

Presente ofício de seis do corrente mês de Agosto, da Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães, registado com o número onze mil quinhentos e noventa e três, a solicitar a atribuição de um subsidio para a execução da obra acima referida.-----

Pelo Senhor Presidente foi proposto que a câmara deliberasse atribuir à Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola EB1/JI de Quinchães um subsidio no montante de 36.147,65 € (trinta e seis mil cento e quarenta e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), com IVA incluído, para custear as despesas com a construção de um parque infantil na Escola EB1/Ji de Quinchães, a executar de acordo com o projecto elaborado pela Divisão de Estudos e Planeamento desta câmara (processo registado com o número C-518) e a realizar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





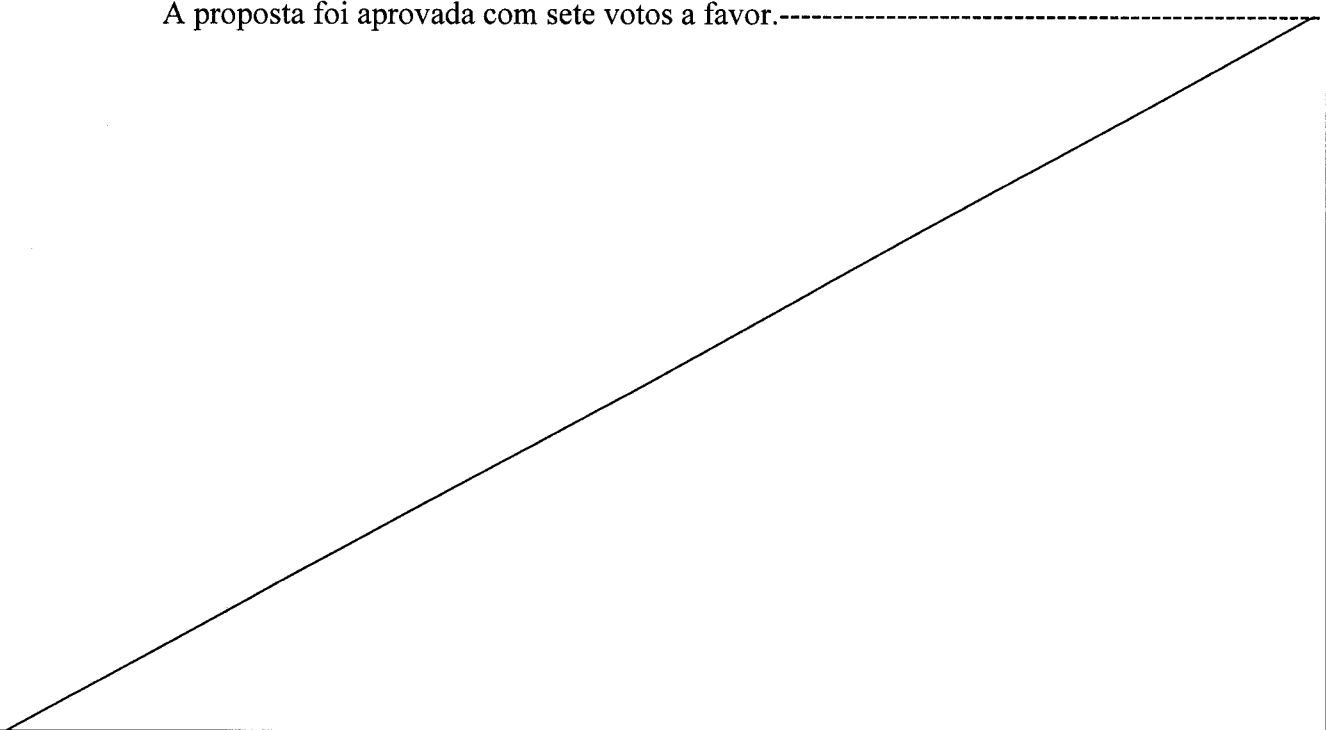
10. R) À PARÓQUIA DE SANTA EULÁLIA DA PALMEIRA: CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE APOIO ÀS INSTALAÇÕES DO SALÃO PAROQUIAL.-----

Presente ofício de cinco de Março último, da Paróquia de Santa Eulália da Palmeira, registado com o número quatro mil e catorze, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com a construção de um edifício de apoio ao Salão Paroquial, utilizado por diversos movimentos da paróquia, nomeadamente os Escuteiros e a Conferência Vicentina, cujo custo foi de 32.294,75 €(trinta e dois mil duzentos e noventa e quatro euros e setenta e cinco cêntimos).-----

A Divisão de Edifícios informa, em sete do corrente mês de Agosto, que a obra está concluída em condições aceitáveis. Mais informa que, atendendo à natureza e volume dos trabalhos executados, o orçamento apresentado pela Paróquia é aceitável.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Paróquia de Santa Eulália da Palmeira um subsídio no montante de 5.000,00 € (cinco mil euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. S) À PARÓQUIA DE S. MIGUEL DE VILARINHO: OBRAS DE CONSERVAÇÃO DA IGREJA NOVA.-----

Presente ofício de vinte e quatro de Abril último, da Paróquia de S. Miguel de Vilarinho, registado com o número sete mil cento e sessenta e sete, a solicitar a atribuição de um subsídio para ajudar a custear as despesas com as obras de conservação da igreja nova daquela paróquia (restauro e pintura), cujo orçamento é de 76.720,00 € (setenta e seis mil setecentos e vinte euros).-----

A Divisão de Edifícios informa, em treze de Julho findo, que a obra está concluída em condições aceitáveis. Mais informa que, atendendo à natureza e volume dos trabalhos executados, o orçamento apresentado pela Paróquia é aceitável.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse atribuir à Paróquia de S. Miguel de Vilarinho um subsídio no montante de 8.000,00 € (oito mil euros).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





10. T) PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSIDIO À ESCOLA EB 2 3 DE S. ROSENDO: SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTO DO PAVILHÃO DESPORTIVO.-----

Presente informação da Divisão de Desporto, de sete do corrente mês de Agosto, registada com o número onze mil seiscientos e dezoito, a informar sobre o estado de conservação do pavimento do pavilhão desportivo da Escola EB 2 e 3 de S. Rosendo e a informar quais os trabalhos que devem ser executados para a sua recuperação.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara, tendo em conta o Protocolo de Transferência de Competências para o município em matéria de educação, assinado em dezasseis de Setembro de dois mil e oito, e ratificado pela câmara em reunião de catorze de Janeiro último, deliberasse atribuir à Escola EB 2 e 3 de S. Rosendo um subsidio no montante de 57.682,50 € (cinquenta e sete mil seiscientos e oitenta e dois euros e cinquenta cêntimos) para aquisição e instalação de pavimento para o pavilhão desportivo daquela escola, com as características constantes daquela informação, cujos trabalhos devem ser acompanhados pelos serviços técnicos da câmara municipal (Divisão de Edifícios).-----

A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----



10. U) À JUNTA DE FREGUESIA DE NEGRELOS (S. MAMEDE): RECTIFICAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE UM TROÇO DA RUA DE FUNDO DE VILA: PEDIDO DE SUBSIDIO.-----

Presente ofício de cinco de Maio último, da Junta de Freguesia de Negrelos (S. Mamede), registado com o número seis mil novecentos e setenta e seis, a solicitar a atribuição de um subsidio para a execução da obra acima identificada.-----

A Divisão de Vias informa, em um de Junho último, que existe projecto para a intervenção pretendida pela Junta de Freguesia e que a estimativa orçamental dos trabalhos a realizar é de 49.175,18 (quarenta e nove mil cento e setenta e cinco euros e dezoito cêntimos), com IVA incluído.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara municipal deliberasse atribuir à Junta de Freguesia de Negrelos (S. Mamede) um subsidio no montante de 49.175,18 (quarenta e nove mil cento e setenta e cinco euros e dezoito cêntimos) para custear as despesas com as obras descritas na referida informação da Divisão de Vias, a executar com acompanhamento e fiscalização dos serviços técnicos da câmara e a pagar à medida da execução dos trabalhos.-----

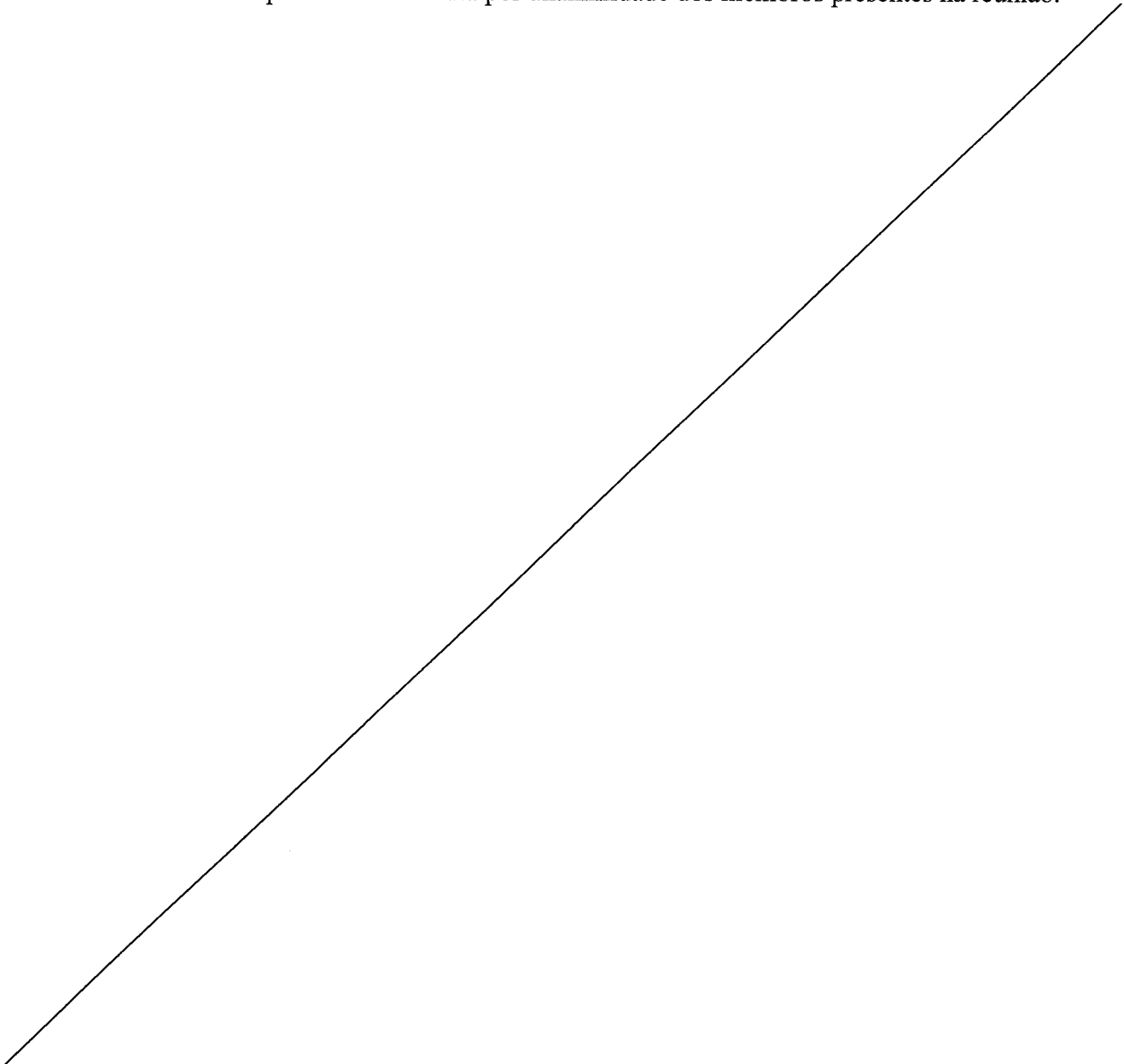
A proposta foi aprovada com sete votos a favor.-----





APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA: No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta por unanimidade dos membros presentes na reunião.-----





ENCERRAMENTO.-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e quatro folhas e dois documentos anexos, ambos relativos ao item cinco da presente acta, cada um deles composto por três folhas, apenas utilizadas no anverso, que eu

Maria Adriaes Salgado

Regor

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

APROVAÇÃO DA ACTA.-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 28/08/2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas seis da respectiva minuta).-----

A Secretária, *João Paulo Pereira Salgado*